

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Ano 49 - Série VII - N.º 416  
30 de Dezembro de 1981

Preço: 15\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



No grande comício realizado na passada quarta-feira no Pavilhão dos Desportos, promovido pela DORL, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou um importante discurso sobre a situação nacional e internacional, que reproduzimos na íntegra nesta edição (Pág. 5)

## Festas de FIM de ANO

Como vem sendo hábito, várias organizações do PCP vão promover amanhã festas de fim de ano, cuja realização hoje noticiamos. (Pág. 4)

## Lutas por salários compatíveis com o aumento do custo de vida

(Pág. 8)



Mário Soares na RTP/AD  
Grosseira e provocatória  
operação  
de anticomunismo

(Pág. 2)

# SEMANA Nacional

22 Terça-feira

O primeiro-ministro Pinto Balsemão fala na TV para fazer o auto-elogio do seu Governo "AD", produzindo uma alocução onde a actual situação económica e financeira foi apresentada como "garantia" para o futuro do povo e do país, esmerando-se igualmente em diatribes anticomunistas numa tentativa para camuflar o enorme descontentamento que grassa no país face ao Executivo a que preside. Mais de 250 000 trabalhadores da construção civil paralisam a nível nacional, em luta pela revisão do contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV). A comissão de trabalhadores da TAP considera em comunicado que a alienação da participação financeira da empresa no capital social da "Sotels", proprietária do Penha Hotel (Lisboa), lesará de modo grave a TAP, os seus trabalhadores e a economia nacional; segundo a CT essa operação poderá vir a ocorrer brevemente, em consequência de um contrato-promessa de compra e venda celebrado, em Outubro passado, entre o conselho de gerência da TAP e um grupo financeiro árabe.

23 Quarta-feira

A Frente Comum dos sindicatos dos trabalhadores da Função Pública reafirmam em comunicado a disposição dos trabalhadores do sector em prosseguir a luta pela reposição do poder de compra perdido, denunciando igualmente as intenções do Governo em impor aumentos salariais reais de apenas 11%, que fica abaixo até do "tecto salarial" de 15% anunciado pelo ministro das Finanças. Numa intervenção no Pavilhão dos Desportos em Lisboa o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma ser necessário fazer cair a "AD" porque ela, apesar do poder, só por si não cairá, fazendo apelo à unidade de todos os democratas. Os sindicatos do distrito do Porto, reunidos em plenário, reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta em defesa da Constituição, contra o "tecto salarial" e a proposta de lei dos despedimentos. A Electricidade de Portugal (EDP) informa que as chuvas recentemente caídas em Portugal Continental provocaram de imediato uma melhoria na situação das albufeiras, tanto em energia armazenada como em percentagem do valor máximo absoluto. O Governo português manda cortar o tecto da embaixada da República Popular da Polónia no nosso país, como retaliação pelo facto de não poder comunicar com a embaixada portuguesa em Varsóvia; mais uma vez este Governo "AD"/Balsemão deixou a "perda de vista" em matéria de anticomunismo primário todos os seus parceiros ocidentais.

24 Quinta-feira

O Conselho da Revolução dirige uma mensagem aos portugueses onde afirma nomeadamente que "estão garantidas desde o início da actual sessão legislativa as condições que não de permitirem uma revisão da Constituição que expresse a vontade do povo português através dos seus legítimos representantes e respeite integralmente os preceitos constitucionais sobre a matéria". O Presidente da República, general Ramalho Eanes, alinha com os reclusos da prisão de Alcoente, sendo ali recebido pelo ministro da Justiça Menéres Pimentel; o PR ofereceu a este estabelecimento prisional dois televisores a cores, uma série de obras literárias de autores portugueses e equipamento desportivo para os reclusos.

25 Sexta-feira

A "ponte de Natal" iniciada antontem já causou nove mortes, num total de 184 acidentes rodoviários nas estradas de Portugal Continental.

26 Sábado

A ANOP anuncia que as suas delegações em Évora, Vila Real e Guarda vão ser encerradas no final deste ano, no que se afirma ser uma decisão do conselho de gerência desta empresa nacionalizada. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, surge no Telex principal da RTP em generoso "tempo de antena" por esta concedido para proferir uma violenta diatribe anticomunista pretendendo, em resumo, camuflar o indistigável: o colinho do PS/Mário Soares com os objectivos da "AD" em (pelo menos) matéria de revisão constitucional. O deputado ASDI, Jorge Miranda, afirma em entrevista concedida no Funchal ao "Diário de Notícias" que "tem havido consenso" entre os partidos que constituem a FRS e a "AD" nos trabalhos da revisão constitucional. Os órgãos autárquicos de todo o país continuam a manifestar o seu descontentamento perante a drástica redução de verbas do Governo central para as autarquias contidas no Orçamento Geral do Estado. A Comissão de Trabalhadores Científicos do Movimento Não As Armas Nucleares em Portugal inicia uma campanha de mobilização dos cientistas e dos homens e mulheres que trabalham em ciência para a luta pela Paz, contra a instalação de armas nucleares em Portugal. Morre o actor Paulo Renato, vítima de um ataque cardíaco; tinha 57 anos de idade.

27 Domingo

Registam-se fortes chuvas em todo o território continental, com Lisboa e Porto (24 litros por metro quadrado), Bragança e Portalegre como zonas mais atingidas. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, envia à Comissão Constitucional para apreciação e parecer do diploma que cria as carreiras aéreas regulares, segundo informa a ANOP citando fonte oficial; este documento fora aprovado recentemente em Conselho de Ministros e a posição do PR poderá adiar a legalização da chamada "Air Madeira".

28 Segunda-feira

Forte temporal fustiga todo o país causando prejuízos avultados nestes últimos três dias, com inundações, arranques de árvores e telhados, acidentes, interrupções de estrada e danos na agricultura; o acidente mais grave ocorreu em Arosa, concelho de Cabeceiras de Basto, onde um desabamento de terras destruiu um café e matou 15 das pessoas que se encontravam no seu interior. A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista apresenta, em Lisboa, através do seu porta-voz, Magalhães Godinho, o primeiro de uma série de volumes com documentação sobre "pressões políticas no regime fascista". Uma nota da SIP do PCP considera que a recente "comunicação ao país" de Mário Soares, secretário-geral do PS, feita através do Telex, revela que este continua empenhado em aprofundar os seus acordos com a "AD", dando por outro lado sinais de nervosismo e insegurança, tal como os dirigentes da coligação da direita.

**Efeméride da Semana** - A 24 de Dezembro de 1667 é lida a sentença da Inquisição que condenava o padre António Vieira a perpétuo silêncio em assuntos de religião e impunha a sua reclusão num colégio ou convento da Ordem a que pertencia.

# Editorial OS ACONTECIMENTOS COMPROVAM A JUSTA POLÍTICA DO PCP

O Povo português tem diante de si uma tarefa nacional e urgente - correr com o Governo «AD»/Balsemão/Freitas. Tem para o fazer razões políticas de sobra e os mecanismos institucionais adequados.

Há oito dias ouvimos o chefe do Governo na sua comunicação televisiva ao País. Uma comunicação de «apagada e vil tristeza» - como disse Álvaro Cunhal no comício do Pavilhão dos Desportos.

Numa quadra do ano em que as pessoas se desejam umas às outras «Boas Festas e Ano Novo Feliz!» a mensagem do Primeiro-Ministro foi como um ducho frio numa manhã gelada.

Na madrugada do sétimo dia da semana anterior o Governo tinha feito aprovar pela sua dócil maioria parlamentar um Orçamento Geral do Estado que mais parecia um balanço de «massa falida» em que é pagante o povo trabalhador.

Simultaneamente aumentaram numa escala exorbitante os preços dos transportes e começou a vigorar em Janeiro novas tabelas que em alguns casos ultrapassaram os 300 por cento sobre os custos actuais. E antes de «Dezembro fora» um novo aumento dos combustíveis (desde ontem, para a gasolina, mais três escudos) - o que significa desde já para os que se deslocam em visita à família na época natalícia um regresso a casa a preços mais altos...

A primeira - Que móveis e objectivos determinaram a feroz diatribe do Secretário-Geral do PS contra o Partido Comunista Português?

A segunda - A quem se destinam as «broas» daquele autêntico «cabaz do Natal» de mentiras, calúnias e ameaças gratuitas contra o PCP?

A terceira - Que pensarão os trabalhadores socialistas e em geral os socialistas de recta intenção das ferinas palavras e da posição política do Secretário-Geral do seu Partido?

A estas interrogações cada português pode dar a resposta adequada. Não queremos, contudo, deixar de formular algumas considerações acerca das declarações de Mário Soares e submeter aos leitores elementos úteis à elaboração de uma resposta.

No plano nacional vive-se um momento em que as forças do 24 de Abril desenvolvem todos os esforços e se empenham totalmente na tentativa de destruição do regime democrático e das suas conquistas fundamentais. As forças democráticas e patrióticas arcam com a pesada responsabilidade de restaurar e assegurar a defesa do património de Abril, rudemente afectado pela ofensiva concertada das forças reacçãoárias.

Em termos de oportunidade política o arrazoado de Mário Soares insere-se na situação de completa falência da «AD», do seu Governo, da sua política. Vive-se um momento de externo agravamento da crise económica e financeira, de agravamento da situação dos trabalhadores, de ruína dos agricultores pobres e médios que trabalham a terra, dos pequenos e médios industriais e comerciantes, de todas as classes e camadas intermédias da população portuguesa - tudo isso traduzindo-se numa drástica redução da base de apoio social e político da coligação governante sob o poderoso embate de uma intensa movimentação popular de massas.

E também um momento ímpar de acumulação de factores favoráveis a uma viragem de política e de Governo de sentido democrático, de sensível alteração da correlação de forças a favor da democracia sem o que qualquer profunda mudança na situação nacional estaria condenada ao fracasso.

É neste contexto que se situam e devem relacionar-se as agressivas palavras do dr. Mário Soares contra o Partido Comunista Português, as quais ocupam a parte mais substancial do seu arrazoado televisivo em contraste com as mitigadas referências críticas que faz a «AD» na parte final das suas declarações.

Podem-se dizer que o dr. Mário Soares pôs na mesa do Natal dos democratas portugueses algumas broas amargas.

Esta exigência na hora actual não encontra a compreensão de certos dirigentes das forças democráticas que consciente ou inconscientemente, favorecem os intentos das forças reacçãoárias.

No número dos que assim procedem está o Secretário-Geral do PS, Mário Soares.

O virulento arrazoado anticomunista do dr. Mário Soares através da RTP - sempre «pluralista» desde que se trate de atacar o PCP - suscita a reflexão serena de todos os democratas e antifascistas portugueses ao mesmo tempo que levanta algumas candentes interrogações.

Não se pode deixar de reflectir, por exemplo, sobre o momento histórico e a oportunidade política escolhidos pelo Secretário-Geral do PS para dirigir os seus violentos ataques aos comunistas portugueses.

Também, do «brasileiro» das interrogações, retiraremos três das mais palpitantes que submetemos ao juízo dos nossos leitores.

A primeira - Que móveis e objectivos determinaram a feroz diatribe do Secretário-Geral do PS contra o Partido Comunista Português?

A segunda - A quem se destinam as «broas» daquele autêntico «cabaz do Natal» de mentiras, calúnias e ameaças gratuitas contra o PCP?

A terceira - Que pensarão os trabalhadores socialistas e em geral os socialistas de recta intenção das ferinas palavras e da posição política do Secretário-Geral do seu Partido?

A estas interrogações cada português pode dar a resposta adequada. Não queremos, contudo, deixar de formular algumas considerações acerca das declarações de Mário Soares e submeter aos leitores elementos úteis à elaboração de uma resposta.

No plano nacional vive-se um momento em que as forças do 24 de Abril desenvolvem todos os esforços e se empenham totalmente na tentativa de destruição do regime democrático e das suas conquistas fundamentais. As forças democráticas e patrióticas arcam com a pesada responsabilidade de restaurar e assegurar a defesa do património de Abril, rudemente afectado pela ofensiva concertada das forças reacçãoárias.

Em termos de oportunidade política o arrazoado de Mário Soares insere-se na situação de completa falência da «AD», do seu Governo, da sua política. Vive-se um momento de externo agravamento da crise económica e financeira, de agravamento da situação dos trabalhadores, de ruína dos agricultores pobres e médios que trabalham a terra, dos pequenos e médios industriais e comerciantes, de todas as classes e camadas intermédias da população portuguesa - tudo isso traduzindo-se numa drástica redução da base de apoio social e político da coligação governante sob o poderoso embate de uma intensa movimentação popular de massas.

E também um momento ímpar de acumulação de factores favoráveis a uma viragem de política e de Governo de sentido democrático, de sensível alteração da correlação de forças a favor da democracia sem o que qualquer profunda mudança na situação nacional estaria condenada ao fracasso.

É neste contexto que se situam e devem relacionar-se as agressivas palavras do dr. Mário Soares contra o Partido Comunista Português, as quais ocupam a parte mais substancial do seu arrazoado televisivo em contraste com as mitigadas referências críticas que faz a «AD» na parte final das suas declarações.

Podem-se dizer que o dr. Mário Soares pôs na mesa do Natal dos democratas portugueses algumas broas amargas.

# O significado da «comunicação» lida por Mário Soares na RTP

1. A composagem chamada «comunicação ao País» de Mário Soares, laboriosamente lida no Telex principal da RTP em generoso "tempo de antena" por esta concedido para proferir uma violenta diatribe anticomunista pretendendo, em resumo, camuflar o indistigável: o colinho do PS/Mário Soares com os objectivos da "AD" em (pelo menos) matéria de revisão constitucional. O deputado ASDI, Jorge Miranda, afirma em entrevista concedida no Funchal ao "Diário de Notícias" que "tem havido consenso" entre os partidos que constituem a FRS e a "AD" nos trabalhos da revisão constitucional. Os órgãos autárquicos de todo o país continuam a manifestar o seu descontentamento perante a drástica redução de verbas do Governo central para as autarquias contidas no Orçamento Geral do Estado. A Comissão de Trabalhadores Científicos do Movimento Não As Armas Nucleares em Portugal inicia uma campanha de mobilização dos cientistas e dos homens e mulheres que trabalham em ciência para a luta pela Paz, contra a instalação de armas nucleares em Portugal. Morre o actor Paulo Renato, vítima de um ataque cardíaco; tinha 57 anos de idade.

em relação a quaisquer outros objectivos ou processos de acção política desenvolvidos pelo PCP. 7. Reafirma-se que em matéria de defesa dos interesses dos trabalhadores e de apego às liberdades e à democracia, tanto no passado fascista como no Portugal de Abril, o PCP não recebe lições nem do dr. Mário Soares nem de quem quer que seja. Sem falar agora no triste rosário de práticas antidemocráticas dos governos PS (representada pela Reforma Agrária, contra colectivos de trabalhadores de empresas em auto gestão, cargas públicas lançadas contra outras lutas de trabalhadores, projecto de lei Gonelha de ingerência nos sindicatos, etc. etc. etc.), para se avaliar quem defende a liberdade e a democracia, bastaria lembrar que derrotou Soares Carneiro, enquanto o PCP dela foi parte integrante e finalmente decisiva; que Mário Soares é favorável à

continuação da AD no Governo com os inerentes perigos para a democracia, enquanto o PCP luta consequentemente pelo afastamento e substituição do Governo AD; que Mário Soares pretende impor às Forças Armadas uma humilhante sujeição a forças e homens inimigos do 25 de Abril, enquanto o PCP defende combativamente a manutenção do compromisso constitucional das Forças Armadas com a democracia e com os ideais libertadores do 25 de Abril. 8. Finalmente, uma vez mais se insiste que as críticas do PCP à política de alianças da direcção do PS com a direita são uma necessidade imperiosa do combate consequente em favor da unidade das forças democráticas. Silenciar essas críticas seria facilitar o caminho a alianças do PS com a reacção e ser cúmplice na inviabilização e atraso da necessária unidade e cooperação das forças democráticas. Silenciar essas críticas seria favorecer as manobras das que tudo fazem para consolidar e eternizar a AD no Poder com gravíssimos perigos para o povo

# Os da casa e os que o não são...

Em relação com as declarações do dr. Mário Soares transmitidas no Telex principal da RTP em generoso "tempo de antena" por esta concedido para proferir uma violenta diatribe anticomunista pretendendo, em resumo, camuflar o indistigável: o colinho do PS/Mário Soares com os objectivos da "AD" em (pelo menos) matéria de revisão constitucional. O deputado ASDI, Jorge Miranda, afirma em entrevista concedida no Funchal ao "Diário de Notícias" que "tem havido consenso" entre os partidos que constituem a FRS e a "AD" nos trabalhos da revisão constitucional. Os órgãos autárquicos de todo o país continuam a manifestar o seu descontentamento perante a drástica redução de verbas do Governo central para as autarquias contidas no Orçamento Geral do Estado. A Comissão de Trabalhadores Científicos do Movimento Não As Armas Nucleares em Portugal inicia uma campanha de mobilização dos cientistas e dos homens e mulheres que trabalham em ciência para a luta pela Paz, contra a instalação de armas nucleares em Portugal. Morre o actor Paulo Renato, vítima de um ataque cardíaco; tinha 57 anos de idade.

controlo à nomeação dos Comandos das Regiões Militares, dos oficiais gerais e dos Comandantes das unidades e estabelecimentos militares, isto é, toda a linha de comando das Forças Armadas, numa orientação clamorosamente apostada na mais gritante instrumentalização e partidização da instituição militar pelas forças reacçãoárias. 6. Rejeitando frontalmente a torpe acusação lançada por Mário Soares de que o PCP "joga na subversão das instituições democráticas", desafia-se desde já o Secretário-Geral do PS a indicar precisamente quais as normas ou princípios constitucionais que o PCP estaria a violar quando apela aos trabalhadores, a todos os sectores democráticos e à opinião pública nacional para que intervenham activamente no sentido de assegurar que o processo de revisão da Constituição não consuma um golpe profundo contra o regime democrático; quando proclama a pronta necessidade da demissão do governo e da realização antecipada de eleições; ou

a democracia, roubando ao País a urgente concretização da alternativa democrática que se impõe para travar o caminho para o total descalabro económico e social e para derrotar os planos de liquidação da democracia. As declarações do dr. Mário Soares na RTP não são sinal de força mas expressão do mesmo nervosismo e insegurança que reina nas fileiras da AD quanto ao presente e futuro do seu Governo e dos seus planos. Pela força da luta popular no quadro do regime e das instituições, pela afirmação activa dos sentimentos democráticos da maioria do Povo português, existem condições para, tal como em 7 de Dezembro, derrotar a AD e consolidar a democracia e defender os interesses do povo e do País. Esse é o mais urgente combate do PCP. Essa é a mais urgente tarefa de todos os democratas. Nenhuma polémica desviará os esforços do PCP desse combate e dessa tarefa.

fundar os acordos já firmados com a AD para efeitos de revisão da Constituição, no quadro de uma política global de alianças com a direita e de um colaboracionismo com os partidos da reacção que prepara a total desfiguração do PS enquanto partido democrático. 3. Com efeito, não satisfeito por já partilhar no momento presente dos mesmos objectivos cruciais da AD, o dr. Mário Soares, alicerçado numa vasta experiência anterior, esmera-se novamente nesta fase da vida nacional, na imitação e ultrapassagem das mais destrambelhadas acusações, falsificações e calúnias que a reacção e os seus dirigentes de há muito dirigem contra o PCP. 4. As declarações do dr. Mário Soares, as suas calúnias contra o PCP e o seu papel de solista na orquestração anticomunista que, procura explorar hipocritamente os acontecimen-

# Fundos para o Partido Três exemplos e seu significado

No passado dia 15, alguém que fez questão em manter o anonimato dirigiu-se ao Centro de Trabalho Vitícola, na Av. da Liberdade, em Lisboa, onde fez entrega de seis mil escudos destinados ao PCP. Três dias depois, no mesmo local, outra pessoa nas mesmas circunstâncias depositou quantia idêntica. No dia 24, finalmente, novo amigo do Partido que se quis manter no anonimato fez entrega no Centro Vitícola; desta vez, de quarenta mil escudos. São estes os factos, poderíamos portanto a notícia ficar-se apenas por aqui. Mas julga-

se apresenta para a AD e para o PS/Mário Soares como o principal objectivo; numa altura em que uma intensa e poderosa campanha de intoxicação ideológica, abrangendo alguns jornais, rádio e televisão, se abate quotidianamente sobre o PCP, servindo-se despididamente da mentira e da calúnia, a propósito de despropósito de acontecimentos nacionais e internacionais - numa altura destas, que vemos nós? Vemos o PCP reforçar-se, aumentar os seus efectivos e a sua influência; vemos uma imponente adesão popular às iniciativas de mas-

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CPL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Secúrio, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776937. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heskla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tragem média do mês de Novembro: 81 125

**Poder local**

# Quem tem medo das eleições em S. Facundo?

**Reina a ilegalidade na freguesia de S. Facundo, no concelho de Abrantes, sem órgãos autárquicos desde meados de Setembro último, data em que todos os membros da Assembleia de Freguesia se demitiram para provocar a realização de novas eleições que terminasse com as ilegalidades que vinham sendo cometidas pela força maioritária, o PSD.**

O presidente da Assembleia Municipal convoca para as reuniões daquele órgão o presidente da Junta de Freguesia de S. Facundo, que há muito perdeu o mandato.

O Governador Civil do distrito propõe a realização de um inquérito à actividade da Junta quando esta já não existe.

A Câmara Municipal de Abrantes (PS/PSD) vota (2) contra a marcação de eleições intercalares em S. Facundo quando todos os eleitos da freguesia já se demitiram (APU, PS e UDP) ou perderam o mandato por faltas (PSD).

Considerando que até prova em contrário o concelho de Abrantes faz parte do território nacional; que tanto quanto se sabe não vigora ali nenhum regime de excepção; que a legislação autárquica continua em vi-

gor em todo o país, cabe perguntar - Afinal como é?

Retocedendo um pouco, recordamos que tudo começou logo após as eleições autárquicas de 1979, que se traduziram na freguesia de S. Facundo pela vitória do PSD (cinco mandatos), seguido de perto pela APU com menos onze votos e igualmente cinco mandatos, o PS com dois e a UDP com um. E, claro, com a recusa sistemática do PSD, que ganhou a presidência da Junta de Freguesia, em aceitar a escolha feita pela respectiva Assembleia de dois elementos da APU para os cargos de secretário e tesoureiro daquele órgão de poder local.

A partir de então, como o "Avante!" oportunamente referiu, o cabeça de lista do PSD desenvolveu toda a série de ilegalidades possíveis e imaginárias.

Não marcava reuniões da Junta; não participava nas sessões da Assembleia de Freguesia; recebia em casa a correspondência da Junta; guardava consigo o selo branco da autarquia; recusava assinar os pedidos de materiais à Câmara, impedindo assim a realização de obras; não apresentava Planos de Actividades, Orçamentos; contas de gerência; etc., etc., etc.

As diligências desenvolvidas pela APU, PS e UDP na Assembleia de Freguesia para repor a legalidade não resultaram, em grande parte dada a cobertura descarada do Governador Civil - também do PSD - que sempre se recusou a ouvir uma comissão eleita expressamente pelo órgão deliberativo para a análise desta situação.

Quando o presidente da Junta de S. Facundo perde o mandato, nenhum dos elementos eleitos (ou suplentes) do PSD aceita ocupar o lugar, pelo que aquele partido fica sem qualquer representante legal nos órgãos autárquicos da freguesia. O que não impede a continuação da ilegalidade, uma vez que também o presidente da Câmara

de Abrantes, na posse de todo o processo desde 25 de Novembro último, não mostra qualquer empenho na resolução da situação.

Chega-se assim à estranhíssima situação em que a Câmara vota um assunto - a marcação de novas eleições - sobre o qual apenas lhe compete cumprir a lei, ou seja, respeitar os prazos fixados para a marcação de eleições. E vota contra!

O que se pretende? Como não marcar novas eleições quando a Assembleia de Freguesia já não tem *quorum* para funcionar?

Em S. Facundo - onde um abaixo-assinado recolheu centenas de assinaturas exigindo o cumprimento da lei - pergunta-se já: quem tem medo das eleições? Só que a questão vai mais longe. Ao não cumprir as suas obrigações, a Câmara de Abrantes incorre em grave ilegalidade, ficando assim sujeita às sanções previstas na legislação em vigor.

Será que para proteger os amigos do PSD na Junta de Freguesia de S. Facundo a Câmara de Abrantes está disposta a cair também?

**Preocupações da AD**

Na generalidade dos órgãos autárquicos de todo o país os eleitos da AD atarefaram-se a apresentar moções de comento "solidariedade" com o povo polaco. Aproveitando principalmente as Assembleias Municipais de fim-de-ano, destinadas a aprovar Planos de Actividade e Orçamentos para 1982, os representantes locais da AD deram a conhecer uma vez mais a sua verdadeira face.

Problemas nacionais? Desemprego? Cortes de verbas em sectores fundamentais? Não aplicação da Lei de Finanças Locais? Blá! O que importa é a Polónia e a descoberta de mais um foco de distração. Que os princípios que além fronteiras se apregoa defender não sejam defendidos no país pouco importa. O que é preciso é provocar a confusão.

E o PS, como quase sempre, lá tem andado a ajudar. O exemplo que chega da Covilhã podia ser aplicado ao resto do país. Na reunião do passado dia 19 duas moções foram postas à consideração dos deputados municipais. Uma da AD sobre a Polónia e outra da APU protestando contra a não aplicação da Lei 1/79.

O resultado é fácil de adivinhar. A primeira foi aprovada, a segunda rejeitada.

Curioso, mas não inédito, foi o que se passou na última Assembleia Municipal do Seixal, só para referir mais um caso.

Al, o PS votou com o PSD (não lhes pode chamar AD que não gostam) a moção da Polónia, que seria derrotada pela maioria absoluta da APU. Mas os mesmos elementos do PS abstiveram-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento que, disse o "porta-voz", não tiveram tempo de analisar.

Compreende-se. O tempo não chega para tudo, não é?

**APU presta contas em Gondomar**

A Coordenadora concelhia da APU de Gondomar distribuiu um comunicado à população daquele concelho dando contas do trabalho realizado, dificuldades e perspectivas futuras, pelo seu vereador a tempo inteiro com a responsabilidade dos Serviços Municipais de Habitação.

O saldo apresentado é elucidativo. Até à tomada de posse do vereador da APU, os processos relativos ao programa de recuperação de imóveis degradados não ultrapassaram os vinte e três por ano. De então para cá, foram resolvidos de variadíssimas formas mais de 290 processos!

Sobre os bairros construídos pelo Fundo de Fomento de Habitação, o documento dá conta que em Valbom foram entregues 16 habitações há cerca de dois meses, devendo agora ser entregues mais doze e as restantes até final de Janeiro próximo.

Em Rio Tinto irão finalmente a concurso as obras de infra-estruturas para 80 habitações cujas obras estavam paradas há um ano, en-



Um aspecto parcial de Gondomar

quanto em S. Pedro da Cova a APU desenvolve esforços para que até Junho de 1982 o bairro esteja pronto, pondo termo à lentidão com que se estava a processar aquela obra.

O trabalho do vereador da APU não tem entanto sido isento de dificuldades.

Como se afirma no documento, apesar de o Governo AD ter acabado com o FFI; apesar do boicote à construção de novas habitações; apesar do Governo ter prejudicado o nosso concelho em mais de 260 mil contos, só durante o ano de 1981, pela não aplicação da Lei das Finanças Locais; apesar da actuação da Câmara AD, não cumprindo o Plano de Actividades; não cumprindo orientações e não executando acções determinadas pela Assembleia Municipal, ignorando o Conselho Municipal em questões importantes e para as quais era devido o seu parecer; beneficiando as freguesias AD na distribuição e execução de obras em prejuízo de outras freguesias; originando críticas e sérias dúvidas quanto ao modo como se fazem negociações de terrenos, aprovações de loteamentos e propostas de adjudicação de obras, tudo faremos, no entanto, para com o nosso trabalho melhorarmos as condições de vida do nosso concelho.

**Nacional**

## Reportagem nos Açores 2

# Turismo: as potencialidades que não se aproveitam

Região Autónoma dos Açores: nove ilhas no meio do Atlântico, ocupando uma área total de 2335 quilómetros quadrados, em que os contrastes da natureza proporcionam quadros de rara beleza. Não faltando já dos inúmeros atractivos de que o visitante se vai apercebendo a pouco e pouco (o artesanato, as tradições religiosas, a arquitectura histórica, etc.), a presença do mar com grandes rochedos escarpados, as montanhas e os vales cobertos por extensas "mantas" verdes, a vegetação diversificada, os picos e as lagoas, os vulcões extintos, as nascentes de água quente são aspectos que, a par da hospitalidade da população, prendem desde logo a sensibilidade de qualquer pessoa, mesmo a menos atenta.

Numa palavra: os Açores têm fortes potencialidades para o desenvolvimento de uma actividade que, se fosse dinamizada, poderia valorizar económica e socialmente o arquipélago - o turismo. Tais potencialidades continuam a não ser aproveitadas. Porquê?

**Uma situação quase igual à que assinalou o passado**

Também no âmbito do turismo (e sublinha-se desde já que o arquipélago açoriano tem características que permitem a actividade turística durante todo o ano) a orientação política seguida pelos responsáveis do Governo Regional tem evidenciado uma quase total marginalização quanto à justa aspiração das populações, uma vez que o desenvolvimento do turismo corresponderia a melhorias significativas quanto à construção de equipamentos e estruturas, quanto à promoção cultural, quanto ao desenvolvimento de sectores como a construção civil, quanto à criação de mais postos de trabalho e também quanto à situação financeira, pois representaria a entrada de divisas, criando mais riqueza para a Região.

Não parece ser esta a perspectiva do Governo Regional, que alimenta uma situação que, salvo raras excepções, quase se assemelha à que antes de 1974 mantinha o incentivo ao turismo no ponto zero.

Nas ilhas do Faial, Terceira e S. Miguel tivemos oportunidade de ouvir as opiniões de algumas pessoas ligadas, por vários meios, ao sector: trabalhadores da indústria hoteleira, gerentes de residências e funcionários de agências de viagens.

Embora expressando opiniões divergentes sobre uma ou outra questão de cariz técnico ou político a propósito das linhas que deveriam enquadrar o fomento da actividade turística no arquipélago, havia contudo um aspecto em que as declarações coincidiam: o turismo da Região Autónoma dos Açores precisa de ser rapidamente encarado com dinamismo, precisa de um plano arrojado mas coerente, que tenha em conta o contexto regional

**e a diversidade das nove ilhas, precisa de uma efectiva ligação à vida e à realidade das populações.**

Quando se fala dos eleitos económicos que o turismo poderia produzir na Região, pensa-se paralelamente no desenvolvimento das infra-estruturas gerais e na valorização dos produtos regionais - a agricultura, o pescado, o artesanato, etc. Quando se fala do equipamento social que se poderia construir com uma política de fomento do turismo, pensa-se nas estruturas que seriam utilizadas pelas populações, pelas camadas sociais que estão ligadas às escolas, às associações recreativas e culturais, aos sindicatos, etc.

Antes do 25 de Abril nunca houve qualquer projecto para a expansão da actividade turística na Região. A construção de alguns estabelecimentos hoteleiros destinados exclusivamente às classes mais desfavorecidas do ponto de vista económico (alguns dos quais seriam encerrados mais tarde ou acabariam por ficar em acentuado grau de degradação), a permanência breve dos transatlânticos em viagem ou de lates particulares em portos de apoio (como ainda hoje sucede na Horta, ilha do Faial) e a escala obrigatória dos voos do Atlântico Norte no aeroporto de Santa Maria eram praticamente os únicos "sintomas" de uma quase nula actividade turística, que nunca proporcionou condições para a permanência dos potenciais turistas que escalavam o arquipélago. Foi assim no passado...

**Uma tímida tentativa**

"Turistas por aqui? A única presença que merece algum relevo são os que vêm nos lates e que no Verão param aqui alguns dias. Nos meses do último Verão estiveram aqui ancorados muitas dezenas de barcos des-

ses", dizia-nos o proprietário de um destes cafés da avenida marginal da cidade da Horta.

Em Ponta Delgada (S. Miguel) a gerente de uma residência aberta há pouco tempo queixava-se durante o nosso breve diálogo dos erros cometidos com a organização dos circuitos turísticos no arquipélago:

"As pessoas pagam para depois serem mal servidas. Nos locais com interesse para visita os programas incluem (como sucedeu no último Verão) um ou dois

**Do nosso enviado José Paulo Oliveira**

dias e onde há menos para ver já se destina mais tempo".

Por outro lado, "não existem pontos de apoio e informação, para já não falar da falta de alojamentos".

De quem são as responsabilidades?

"Tudo isto sucede porque não há uma preocupação oficial em divulgar os atractivos da Região e em estimular e apoiar, através de um projecto apontado ao futuro e com visão de conjunto, a actividade turística nas nossas ilhas, aliás local privilegiado se tivermos em conta a saturação dos destinos tradicionais do turismo internacional".

Na 1.ª Assembleia da Organização do PCP da Região Autónoma dos Açores, que decorreu no último fim-de-semana de Novembro passado, numa intervenção (lida pelo camarada António Manuel Freitas) que seria seguida com particular interesse pelos delegados, salienta-se:

"No presente assiste-se a uma tímida tentativa de dar os primeiros passos na política de fomento do turismo. No entanto, as intenções conhecidas estão longe de ser as mais correctas".

Que orientações estão expressas no programa do Governo Regional?

"Por um lado, pretende-se definir e delimitar zonas turísticas prioritárias. Isto faz supor a intenção de criar novas infra-estruturas de luxo em determinadas zonas, como aconteceu no Algarve e na Madeira, por exemplo, reservadas a elites endinheiradas. Estas zonas correm o perigo de alienação do ambiente natural, deturpando e delapidando as belezas naturais existentes. Atendem-se os casos flagrantes dos hotéis em construção na Vista de Rei (Sete Cidades), Furnas e do monstro chamado Solmar de Ponta Delgada, todos em S. Miguel."

Por outro lado, "pretende-se a criação de um Fundo Regional de Fomento Turístico para apoio à iniciativa privada com incentivos fiscais e de crédito para promover o investimen-

to, nomeadamente estímulo ao investimento externo para construção e exploração de novas unidades hoteleiras. Isto diz textualmente o programa do Governo. O privilégio à iniciativa privada significa a anarquia do ponto de vista da implantação e a exploração unicamente voltada para o lucro imediato.

"Tal programa não é tão preocupante por aquilo que anuncia, é mais preocupante por aquilo que não diz."

Finalmente, "anuncia-se o estabelecimento de uma zona franca em Santa Maria, o apoio à formação profissional e promoção de quadros, o estímulo dos desportos náuticos e outros, actividades de promoção turística e promoção da Região nos mercados externos."

"Pensamos que não devemos estar contra a ideia de atrair investimentos privados, internos ou externos. Pensamos que existe mesmo a necessidade de promover tais investimentos e de desenvolver o chamado turismo de luxo."

"Mas é preocupante que seja essa a única e exclusiva intenção do Governo Regional. Daí,

as preocupações que enunciámos.

"Tem de haver medidas que nos defendam de uma abusiva exploração e, por outro lado, há que desenvolver outro tipo de acções que não são anunciadas".

**As propostas dos comunistas**

No decorrer dos contactos que estabelecemos com militantes comunistas do arquipélago que acompanham mais de perto as questões do turismo e tendo em conta as posições públicas já assumidas pelo Partido, nomeadamente na referida Assembleia de Organização - cujos documentos foram divulgados aos órgãos de Comunicação e representantes de outras forças políticas e sociais da Região - ficámos com uma ideia geral das propostas centrais que os comunistas açorianos apontam para o desenvolvimento do turismo.

Existem cinco pontos fundamentais no conjunto dessas propostas: as condições de vida da população e as infra-estruturas da Região, a defesa do ambiente natural e a preocupação ecológica, o turismo interno, os transportes externos e a promoção das potencialidades naturais dos Açores no continente e no Mundo.

O camarada António Manuel Freitas desenvolveu assim esses aspectos na Assembleia realizada na cidade da Horta:

**No próximo dia 9**

# 2.ª Corrida da Paz em Lisboa

**A concentração dos atletas (Alameda D. Afonso Henriques e Marquês do Pombal) está marcada para as 16 horas. Neste último local concentram-se os deficientes.**

No próximo dia 9 de Janeiro (já no novo ano de 1982), Lisboa viverá, no enquadramento colorido das grandes jornadas populares de desporto, a 2.ª Corrida da Paz, prova de atletismo aberta a todos os interessados, com início previsto para as 16 e 30. A Comissão Organizadora tem à cabeça a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e integra, nomeadamente, o Secretariado das Colectividades do Concelho de Lisboa, Federação Portuguesa de Atletismo, Bombeiros Voluntários Lisboenses, União dos Sindicatos de Lisboa, Associação dos Deficientes das Forças Armadas e Conselho Português para a Paz e Cooperação.

De acordo com o Regulamento (ver, a propósito, o quadro que publicamos junto) a prova está dividida por escalões (dos iniciados aos veteranos, passando pelos deficientes e também uma corrida só para bombeiros) e é aberta a atletas populares e federados de

ambos os sexos. Serão classificados os cinco primeiros de cada escalão para atribuição de medalhas e entregues taças às formações que se classificarem no primeiro lugar em cada escalão etário, contando para a classificação colectiva os

1. "O fomento do turismo deve começar pelas condições básicas, como a distribuição de água e electricidade, saneamento básico, construção e conservação de estradas, portos e aeroportos. De que serve ter hotéis de luxo, se as estradas estiverem em mau estado, se não houver água ou falhar a electricidade?"

2. "Defesa do ambiente natural - o tema ecológico tem sido deturpado pelos partidos de direita, que apenas se preocupam em defender zonas de reserva, para seu recreio. Não se preocupam com a reconversão de zonas de habitação degradada, por exemplo. A defesa do ambiente e da paisagem tem de ser feita em toda a sua extensão. Toda a Região devia estar sujeita a um plano que defendesse o património natural e cultural. Somos contra a ideia das poucas reservas naturais, em que não se pode tocar, enquanto que fora dessas zonas possa reinar a anarquia. Pelo contrário, é necessário desenvolver, mas sempre com a preocupac-

ção de integrar o desenvolvimento com a defesa do ambiente."

3. "Propomos ainda que sejam criadas condições para o desenvolvimento do turismo interno, possibilitando férias mais agradáveis dentro da própria ilha onde se vive e também possibilitando o turismo inter-ilhas."

"Para isso torna-se necessário criar Comissões de Turismo a nível de concelho ou de ilha que possam divulgar, orientar e defender os locais de interesse turístico, que saibam encaminhar os visitantes para os alojamentos disponíveis, mesmo particulares, que possam incentivar a construção de pensões, pousadas, parques de campismo, motéis, ou pequenas unidades do tipo, que procurem incentivar a construção de estruturas próprias para o recreio, ocupação de tempos livres e desporto, que tenham intervenção activa junto das autarquias e do Governo, no sentido da defesa do património cultural, histórico, artístico e natural

e que possam intervir na aprovação ou reprovação dos projectos da iniciativa privada."

4. "Em relação às ligações externas e transportes internos", é sublinhado:

"A divulgação das potencialidades turísticas da Região e o aumento da procura terá de exigir uma ligação inter-ilhas e para o exterior, de forma mais flexível e programada. Deverão ser incentivados os cruzeiros marítimos e voos fretados. Os transportes aéreos e marítimos regionais podem (e devem) ser postos ao serviço do turismo."

5. "Promoção da Região a nível nacional e internacional."

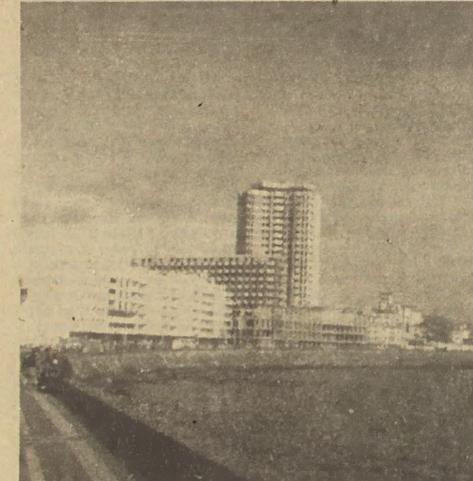
"Através de organismos oficiais, procurar atrair à Região mercados potenciais, nomeadamente o continente e as pessoas de origem açoriana que vivem fora da nossa terra (refira-se a propósito que entre 1970 e 1981 a população açoriana diminuiu mais de 13 por cento, ou seja, passou de 290 mil para 150 mil).



"Toda a Região devia estar sujeita a um plano que defendesse o património natural e cultural. É necessário desenvolver, mas sempre com a preocupação de integrar o desenvolvimento com a defesa do ambiente", defendem os comunistas açorianos



Corre-se o perigo de alienação do ambiente natural, deturpando e delapidando as belezas naturais existentes. Atendem-se os casos flagrantes dos hotéis em construção na Vista de Rei (Sete Cidades), Furnas e o monstro chamado Solmar de Ponta Delgada, todos em S. Miguel



Corre-se o perigo de alienação do ambiente natural, deturpando e delapidando as belezas naturais existentes. Atendem-se os casos flagrantes dos hotéis em construção na Vista de Rei (Sete Cidades), Furnas e o monstro chamado Solmar de Ponta Delgada, todos em S. Miguel

DESIGNAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	DISTÂNCIA	ESCALÃO	
A	1966	5 Km	iniciados masculinos	único
	1967			
B	1966	5 Km	Juvenis masculinos	único
	1965			
C	1964	5 Km	Juniors masculinos	populares
	1963			
D	1964	5 Km	Juniors masculinos	federados
	1963			
E	1962	5 Km	Sêniores masculinos	populares
	o antes			
F	1962	5 Km	Sêniores masculinos	federados
	e antes			
G	1967	5 Km	Femininos	populares
	o antes			
H	1967	5 Km	Femininos	federados
	e antes			
I	1947	5 Km	Veteranos	populares
	e antes			
J	Bombeiros	5 Km	Escalação único	
L	Deficientes físicos	cadeiras de rodas Marquês de Pombal - Restauradores.		

PCP

# Festas de Fim de Ano



Amanhã, pelas 24 horas, assinalar-se-á a passagem de mais um ano. Cumprindo um ciclo natural, 1981 encerrará as suas portas para dar entrada ao dia um do novo ano de 82.

Um ano que se vai embora deixando atrás de si o descontentamento crescente dos trabalhadores e do nosso povo pelo peso das dificuldades e problemas. Um ano que começa com o futuro ensombrado pelo agravamento das condições de vida e trabalho, pelo acentuar da miséria e do desemprego impostos por este Governo AD/Balsemão II.

Mas nem por isso os portugueses deixarão de comemorar esta data, ponto de encontro tradicionalmente marcado para viver uns momentos de alegria e convívio.

- **Porto** Pavilhão do Académico, com UHF, Samuel, Grupo «Watt» e outros artistas;
- **Barreiro** No Nicola, com a participação de José Sena;
- **Almada** Pavilhão da Romeira;
- **Golegã** no Pavilhão da Feira, com o conjunto «Preâmbulo»;
- **Covilhã** no CT do PCP;
- **Vialonga** (V.F. Xira), no CT do PCP;
- **Viseu** no Pavilhão «A» da Feira de S. Mateus, com os conjuntos «Diesel» e «Os Galés»;
- **Guarda** no Salão de Festas da Escola do Magistério;
- **Caldas da Rainha** no CT do PCP;
- **Marinha Grande** na colectividade «O Império», com o conjunto «Pauta Livre»;
- **Cano, Avis, Montargil e Campo Maior** (Portalegre);
- **Coimbra** no Centro Recreativo do Bairro Norton de Matos, com o grupo «Avis Rara»;
- **Figueira da Foz** no CT do PCP;
- **Lagos** no cinema;
- **Silves** no CT do PCP;
- **Olhão** no Sindicato das Conservas;
- **Évora** no Pavilhão do Rossio de S. Brás, com um conjunto espanhol;
- **Chaves** no Pavilhão do Cruzamento de Faiões;
- **Mirandela** no CT do PCP;
- **Escoural** (Montemor), na Casa do Povo;
- **Aveiro** na Escola Comercial e Industrial;
- **Águeda** no CT do PCP;
- **Casebres, Carrasqueira, Torrão e Alcácer do Sal** nos CT's do PCP;
- **Montijo, Baixa da Banheira e Grândola** (esta no salão da Cooperativa Militária);
- E também em **Manteigas, S. João da Madeira e Ovar.**

E para muitos milhares de pessoas, a exemplo de anos anteriores, o local escolhido serão as festas de fim de ano promovidas pelas organizações locais do PCP. Espaços abertos onde comunistas, simpatizantes do PCP e outros democratas se reunirão num largo abraço de fraternidade e unidade, elo feito de determinação e confiança, aquele mesmo que é posto na luta por um futuro melhor e mais feliz.

Serão animadas festas em que estará presente a boa música, o baile, o espectáculo com artistas amadores e profissionais e onde não faltarão também os saborosos petiscos e a boa pinga.

É dessa extensa lista de festas, das muitas já marcadas um pouco por todo o país, que a seguir damos conta:



**Dia 23, em Lisboa**

## Pavilhão pequeno para comício grande

Quem recebeu uma menor assistência no comício de quarta-feira passada (antevéspera de Natal, as lojas abertas até tarde, a chuva, o bulício, enfim, que estas datas obrigam) foi encontrar no Pavilhão dos Desportos uma sala repleta, como, afinal, sempre sucede com os comícios do PCP ali realizados.

E os milhares de pessoas que se acotovelavam (a custo se desfaldavam as bandeiras vermelhas ou se erguiam os punhos) não se deslocaram ao Pavilhão apenas para fazer número. Mais importante do que isso e razão fundamental da sua

presença: a actual situação política nacional e a posição defendida pelo partido dos trabalhadores. E a expectativa não saíra iludida.

Presidiu ao comício o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central e da DORL. Foram oradores os camaradas Ilda Pires, Francisco Pereira e António Orsinha que nos seus discursos abordaram respectivamente o custo de vida, a situação da juventude e as lutas dos trabalhadores.

Mas a expectativa geral prendia-se com o anunciado discurso do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral

do PCP e que noutra local transcrevemos. Seguido atentamente por todos os presentes, o importante discurso reteve a assistência até aos momentos finais do comício, que encorreu com o «Avante Camarada!» e o Hino Nacional. Só nesta altura as pessoas começaram a abandonar a sala.

Entre os milhares de pessoas eram visíveis painos com palavras de ordem de solidariedade com a Polónia socialista (nomeadamente um, no topo da sala fronteiriça à tribuna, e outro da cénula da Mague), tendo aliás este tema, como era de prever, ocupado uma parte do longo

discurso de Álvaro Cunhal — ainda que não uma parte substancial, conforme alguns órgãos de comunicação posteriormente quiseram fazer crer, a fim de fazerem o PCP entrar à força na falsa «polémica» por eles artificialmente montada acerca da situação naquele país socialista...

Os pontos centrais do discurso do secretário-geral do PCP foram, em primeiro lugar, o pormenorizado desmascaramento da política reaccionária e antipopular do Governo AD, e o apontar da necessidade de um novo governo e uma nova política,

dando assim resposta ao grande movimento popular nesse sentido; em segundo lugar, a análise das direcções e caminhos da luta dos trabalhadores e do povo para alcançar tais objectivos, com base na unidade das forças democráticas, e a denúncia das atitudes de Mário Soares no permanente boicote a essa unidade.

O Pavilhão foi pequeno para um comício tão grande. Grande nas presenças, grande no entusiasmo, grande na determinação — imenso na vontade de fortalecer o partido para melhor defender e continuar Abril.

## ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO DO PCP

### Freguesia de Samora Correia

Com a participação de 80 delegados, realizou-se no passado dia 20 a II Assembleia da Organização da Freguesia do PCP de Samora Correia.

Os camaradas presentes fizeram um balanço da actividade desenvolvida desde a eleição da Comissão de Freguesia em Junho de 1980.

Foi decidido levar à prática a reestruturação do Partido na localidade, tendo-se apontado a necessidade de melhorar o trabalho nas células de empresa, condição fundamental ao correcto acompanhamento dos problemas dos trabalhadores

(caso da Companhia das Lezírias).

A Assembleia, que decorreu no Cine-Samora, estabeleceu uma meta de recrutamento para 1982, ano em que a organização terá, se a meta se cumprir, 500 militantes comunistas. O esforço de recrutamento será especialmente dirigido para as camadas jovens e mulheres.

Outras decisões tomadas: desenvolver a formação ideológica dos quadros (nomeadamente através de cursos básicos na freguesia) e dinamizar a venda do «Avante!» e de «O Militante».

De salientar, entretanto, que em 1982 se iniciará a constru-

ção do novo Centro de Trabalho do Partido em Samora Correia. O terreno já foi adquirido: tem cerca de 900 metros quadrados, dos quais 185 terão superfície coberta. O custo previsto é de 1350 contos (aproximadamente), quantia integralmente suportada por dois camaradas que quiseram fazer esta oferta ao Partido.

Depois da Assembleia, realizou-se uma tarde de convívio em que estiveram presentes mais de 400 pessoas.

### 1.ª Zona do Comité Local de Lisboa

O debate sobre as questões políticas da actualidade e as tarefas para o reforço da organização, além da eleição do organismo de direcção foram momentos particularmente em foco no discurso da Assembleia da Organização da 1.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL).

Esta Assembleia realizou-se no passado dia 20, na «Voz do Operário» e entre os camaradas presentes contavam-se, nomeadamente, José Casanova, membro suplente da Comissão

Política do Comité Central, Carlos Pereira, suplente do CC, e Ramos, do Secretariado do CLL.

Foram aprovadas, entre outras, moções sobre revisão constitucional e paz e desarmamento.

A 1.ª zona do Comité Local de Lisboa engloba 24 freguesias, numa área que vai sensivelmente de Santa Apolónia a Santos, integrando bairros como a Bica, o Bairro Alto, a Graça, Alfama e os da «baixa» lisboeta.

### Monte da Caparica

Com a presença de cerca de 70 camaradas, decorreu no passado dia 19 a II Assembleia da Organização Local do PCP do Monte da Caparica (concelho de Almada).

Os delegados aprovaram por unanimidade o Relatório apresentado pela Comissão Local cessante e a sua nova constituição: 24 elementos, dos quais 5 são mulheres.

Foram também eleitos os delegados que representarão a organização na III Assembleia da Concelhia de Almada, marcada para dia 28 de Fevereiro.

Ao longo das várias intervenções foram apontadas propostas de acção para o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do trabalho nas seguintes frentes: estruturação do Partido; organização nas empresas; entre a juventude; nas autarquias;

entre as mulheres; os fundos e o controlo financeiro; as eleições autárquicas de 82, etc.

Organização do Mota da caparica conta actualmente com 366 militantes, dos quais 94 são mulheres.

Na Assembleia participou também o camarada José Catalino, membro do Executivo da Comissão Concelhia de Almada.

### Sorteio em Setúbal

O sorteio «Campanha para o Centro de Trabalho de Setúbal», organizado pelo «Sector Automóvel» de Setúbal do PCP, premiou os seguintes números:

- 1.º prémio: automóvel Mini-Mil — 71 668
- 2.º prémio: televisor a cores — 01 453
- 3.º prémio: máquina de lavar roupa — 62 266

## Revisão Constitucional

# A revisão que a «AD» prepara com as ajudas de Mário Soares

No momento em que a revisão da Constituição continua na ordem do dia e não diminuem, antes se acumulam, os perigos de uma revisão que pode destruir no fundamental a Lei que garante aos portugueses a perenidade das conquistas de Abril, será útil lembrar que os últimos cinco anos — tantos quantos tem de vida a Constituição da República — foram anos de luta em sua defesa, por parte dos trabalhadores e dos democratas.

Luta que teve o mérito de contribuir para o esclarecimento político de amplas massas, luta que forjou unidade e que permitiu resistir, em muitos momentos críticos, ao avanço da direita no país. Luta, porém que consumiu muitas das energias que, a não serem usadas nesse sentido, poderiam ter contribuído de modo importante para que o que a Constituição tem de projecto em direcção ao progresso fosse cumprido.

Tal luta continua a ser necessária. Tem-no sido ao longo destes últimos cinco anos porque, logo após a sua votação, que apenas deixou de fora um então pequeno partido reaccionário — o CDS — os ataques da direita à Lei Fundamental não cessaram. Apenas mudaram de forma, ao sabor das conjunturas, das franquias e das forças que a direita possuiu, das perspectivas de golpes, das alianças variadas que fez, das vitórias eleitorais que conseguiu ou das derrotas que nesse campo lhe foram infligidas.

«A maior dessas derrotas — nunca é de mais recordá-lo — sofreu-a a «AD» em 7 de Dezembro, vendo assim derrotado não só o plano golpista do referendo mas também e ao mesmo tempo vendo recusado o seu projecto de revisão.

O que a «AD» quer... O que de fundamental tem estado em jogo no processo de re-

visão constitucional — e o PCP, não tem deixado de alertar os democratas para esse facto — é a questão das chefias militares e de quem as vai poder nomear uma vez aprovadas as alterações, por maioria de dois terços, na Assembleia da República.

Pretendendo retirar ao Presidente da República a competência de nomear as chefias militares, a «AD» deseja que tal competência seja transferida para o Governo, abrindo a possibilidade de entregar a Freitas do Amaral a direcção suprema das Forças Armadas.

No campo oposto, os democratas, também conscientes da actual composição dos órgãos de soberania, não desejam ver nas mãos do Governo «AD», saído de uma maioria onde se aninham os fascistas de antigamente e os novos arrivistas, a direcção das Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril.

No campo da incoerência — para lhe não chamar pior nome — situam-se os partidos que subscreveram o projecto da então FRS, com especial responsabilidade para o Partido Socialista dirigido por Mário Soares. Com efeito, pretendendo que a revisão constitucional não se faz para hoje e que não há que olhar para a actual correlação de forças e para a composição dos órgãos de soberania, o PS dá de mão beijada o futuro do país, entregando as forças reac-

cionárias poderosos meios com os quais a «AD» pode dispensar-se de fazer votar o seu próprio projecto.

...e o que o PS dá

Com efeito, pouco importaria à «AD», cujo projecto propõe a destruição do sector público e a abertura de todos os sectores básicos ao grande capital, a restrição dos direitos dos trabalhadores e dos poderes das CT's, alargando simultaneamente os poderes das entidades patronais — como quer a CIP — que o seu projecto económico não fosse aprovado. A «AD» ficaria com o poder de dispensar a Constituição e de impor leis que desnaturassem o que a Constituição determina.

Com a ajuda do PS — que um dia confessou pela boca de Mário Soares ter metido o «socialismo na gaveta» — a «AD» poderia aplicar os sonhos dos capitalistas e dos latifundiários. Sem entretanto se lhe fiscalizassem a constitucionalidade das leis, com as chefias militares nas mãos e um presidente reduzido a «corta-fitas», a «AD» lançaria desde logo no golpe, contando nas Forças Armadas não com comandos empenhados na defesa da legalidade democrática, mas com chefes dedicados a servir os senhores de antigamente e de novo — e com ajudas — se tinham apropriado dos instrumentos necessários a fazer voltar para trás a história.

Não é a primeira vez que o PS se coloca ao serviço da reacção. A contra-revolução legislativa começou por iniciativa «socialista». A Lei Barreto abriu os campos do Alentejo de novo aos latifundiários, ao mesmo tempo que, para impô-la, a repressão

volvava a abater-se sobre os trabalhadores alentejanos. E foi pela mão de Mário Soares que o CDS se sentou pela primeira vez nas cadeiras do Governo.

O projecto comunista

É claro que o PS/Mário Soares não poderia tomar a atitude que é a de criar as condições para perpetuar no poder a «AD» sem grande alarido anticomunista e sem desmentidos «formais» aos órgãos de comunicação estatizados que, quando o jogo do PS é o mesmo do da «AD», logo ocorrem dando largo tempo às palavras de certos dirigentes socialistas.

Ao mesmo tempo que acusam de subversivos os comunistas e que tentam demarcar-se do projecto «AD» valorizando publicamente as diferenças no que não é essencial, acusam também o PCP de pretender que a revisão constitucional se não faça. Juntam-se assim ao coro dos partidos da direita que pretendem não terem tido os comunistas um papel relevante na elaboração da Constituição. Acusações que já aqui desmentimos, com provas.

Todos os pretextos têm sido bons para a direita e para o PS mascarem a revisão que preparam em acordo. Tentando desviar as atenções, nem as vozes contra o PCP. Até a Polónia lhes serviu para se juntarem. Mas, quando o secretário-geral do PCP propõe, em lugar de um debate sobre a Polónia, um debate sobre os problemas nacionais, Mário Soares não se declarou, ao menos, disposto a participar no que seria um efectivo esforço de esclarecimento da situação e das perspectivas que se colocam ao povo português.

O projecto do PCP, que aliás foi tornado público com antecedência, considerando embora que os cinco anos de vida da Constituição provam que esta continua a corresponder globalmente às aspirações e necessidades do povo português, adianta várias propostas de alteração à Lei Fundamental do país.

Opondo-se a todas as propostas que diminuem as garantias dos direitos fundamentais dos trabalhadores, que enfraqueçam a garantia constitucional das transformações revolucionárias de Abril — nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário —, o PCP, que adianta também no capítulo da organização do poder político, a ideia de manter o equilíbrio entre os órgãos de soberania reforçando os poderes da Assembleia, avança também propostas de alteração visando o aperfeiçoamento e reforço dos direitos dos trabalhadores.

Explicitando o direito de não despedimento sem justa causa, consagrando o princípio da diminuição progressiva da duração semanal do trabalho — limitando-a a 45 horas — constituindo e expressamente a protecção dos representantes dos trabalhadores e concretizando alguns dos direitos constitucionais das organizações dos trabalhadores, por exemplo, o projecto do PCP mostra bem quais as reais intenções dos comunistas em matéria de revisão constitucional: melhorar a Constituição e não subvertê-la, reforçar tudo o que na Lei Fundamental do país garante às massas populares que o caminho encajado em Abril se não perca em desvios oportunistas ou no abismo que a «AD» prepara.

PCP

# «Quanto mais procuram isolar o PCP mais eles próprios se isolam e mais o PCP aprofunda e alarga a sua influência e ligação com as massas»

No comício organizado pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, na passada quarta-feira, no Pavilhão dos Desportos, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, pronunciou o seguinte discurso:

**Camaradas:**  
Se um cidadão de outro país só conhecesse o que se passa em Portugal através dos jornais fascistas e reaccionários, de alguns jornais estatizados que se encontram nas mãos da «AD», dos jornais do PS/Mário Soares, da Rádio e da Televisão, ficaria sem dúvida convencido nos últimos dias de que para Portugal e para o Povo português o problema fundamental, central, quase exclusivo, no momento actual é a situação na Polónia.

Mas nós, portugueses e portuguesas, sabemos bem a colossal mistificação que representa esta campanha orquestrada sobre a Polónia e por isso não deixamos que as forças reaccionárias e o seu aliado Mário Soares tapem os olhos, fechem os ouvidos e amordacem a boca dos portugueses acerca dos problemas fundamentais da hora presente. E por isso estamos aqui, não apenas para esclarecer o que é necessário esclarecer acerca da Polónia, mas fundamentalmente para falarmos de Portugal, daquilo que directamente nos toca, para falarmos do nosso povo e do nosso país, para falarmos da batalha que travamos e daquelas que é necessário travar, para falarmos das tarefas que o Povo português tem por diante a fim de salvar a democracia e prosseguir o caminho de Abril.

Estamos aqui, não naturalmente impressionados pelas ridículas macacadas de manifestações de protesto contra o governo polaco e de solidariedade para a contra-revolução polaca, promovidas pelos partidos reaccionários, pelo PS/Mário Soares e por toda a poeira de grupos e grupúsculos esquerdistas ou ex-esquerdistas, mas impressionados, fortalecidos, estimulados, reforçados com as grandiosas manifestações populares do dia 12, manifestações que deram novo e poderoso testemunho da determinação da classe operária e das massas populares de defenderem os interesses do nosso povo e da nossa pátria, de correrem a «AD» do Poder, de defenderem a Constituição e o regime democrático, e de assegurarem finalmente uma alternativa para a perigosa situação actual.

Com a ajuda de oportunistas de toda a espécie a reacção quer destruir a democracia portuguesa. Com a classe operária, com as massas trabalhadoras e patriotas, o PCP luta para salvá-la.

A curva que atravessamos comporta sérios perigos. Mas confiamos em que será ultrapassada com êxito.

A reacção será derrotada e Portugal de Abril vencerá!

## A «AD» — política de desastre nacional

A «AD» no Governo e em maioria na Assembleia da República é o cavalo de Tróia metido já na cidadela da democracia portuguesa.

Não há qualquer exagero em afirmar-se que a «AD» significa a política da degradação da situação económica, social e política, da destruição sistemática das conquistas do 25 de Abril, da submissão ao imperialismo, da liquidação do regime democrático.

A política da «AD» é a política do desastre nacional. Como consequência da política dominada pelos objectivos de liquidar as nacionalizações e a Reforma Agrária, e de restaurar o poder dos monopólios, dos latifundiários, a economia nacional, caminha em plano inclinado para a insolvência, para uma verdadeira catástrofe.

A produção industrial e agrícola está estagnada ou em recessão. Aumentou e ultrapassa os 20% a capacidade produtiva não utilizada. As exportações cobrem cada vez menos as importações (orçando apenas os 40% a taxa de cobertura). O défice da balança comercial atingirá cerca de 300 milhões de contos no ano que finda e o défice da balança de transacções 130 milhões de contos. A dívida externa sobe a mais de 600 milhões de contos e só em juros Portugal tem de pagar anualmente ao estrangeiro mais de 60 milhões de contos!

Apesar do aumento vertiginoso dos impostos, o Orçamento Geral do Estado acusa um défice que se aproxima de 180 milhões de contos, a dívida pública sobe a 660 milhões de contos (dos quais mais de 400 milhões são de dívidas contraídas pela «AD») e, segundo o próprio Governo confessa o Estado paga anualmente em juros, por essas dívidas, cerca de 95 milhões de contos.

A inflação aproxima-se dos 25% anuais e, com a contenção dos salários, os despedimentos, o desemprego, o aumento dos preços e a retirada de numerosas regalias sociais, aumenta vertiginosamente o custo de vida e degradam-se de forma incontrolável as condições de vida dos portugueses, particularmente dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e dos sectores mais desfavorecidos como os reformados e os deficientes.

Ao mesmo tempo que, numa colossal escalada, eleva os preços dos géneros alimentícios, dos combustíveis, da electricidade, do gás e da água, dos transportes dos telefones, dos correios, dos jornais, das taxas de televisão, dos serviços médico-sociais, dos medicamentos, das rendas de casa, do vestuário e calçado, dos artigos de higiene, de tudo, o Governo «AD» pretende impor tetos salariais muito abaixo da taxa de inflação e ameaça empresários e trabalhadores com multas draconianas no caso de excederem os tetos salariais decretados.

O Governo «AD» provocou deliberadamente a queda vertical do poder de compra para que o Povo português fosse forçado a reduzir o consumo de forma a que os grandes capitalistas e os grandes proprietários recebam milhões de contos de indemnizações e os grandes especuladores e toda a mafia de parasitas que enxameiam nos «lugares de confiança» possam enriquecer rapidamente.

A corrupção (que já deixava «maus cheiros» no MAP e no MIT) generaliza-se a todos os sectores onde a «AD» tem a faca e o queijo na mão: na gestão dos bancos põdo os fundos ao dispor dos antigos monopolistas e concedendo indevidamente vultuosos empréstimos, na venda por tuta e meia das participações do Estado, na venda ao desbarato de bens e sectores rentáveis de empresas nacionalizadas, na atribuição de «reservas» na Reforma Agrária, na compra e venda de acções, nos fretes de navegação, nas concessões do jogo, na utilização ilegal de subsídios do Estado, etc.

E para agravar a situação, a «AD» anuncia o «pacote laboral», com os projectos de lei dos despedimentos, da cessação do contrato individual e de contratos a prazo, da contratação colectiva, do regime de férias e de faltas.

No que respeita ao Poder Local, ao mesmo tempo que prepara a liquidação do seu carácter democrático, o «Governo «AD»», não cumprindo a Lei das Finanças Locais, tira aos municípios muitos milhões de contos e atribui-lhes ainda menos do que em 1981, impossibilitando assim a realização de obras e iniciativas de premente necessidade para as populações.

As liberdades e direitos dos cidadãos estão a ser limitados e ofendidos por práticas repressivas e antidemocráticas.

O Governo «AD» envia GNR e policia de choque contra os trabalhadores, como recentemente na Sodrelix, na Cambourac, no Metro e na RTP. Faz prender trabalhadores. Patrocina e estimula a repressão patronal, as agressões e os despedimentos colectivos. Protege a restrição do exercício da liberdade sindical, a suspensão e despedimento de delegados sindicais, a proibição de plênários nas empresas, o não reconhecimento das Comissões de Trabalhadores. Anuncia a revisão das leis da greve e da organização sindical, numa ameaça de violenta restrição das liberdades e direitos fundamentais.

Na comunicação social, designadamente na Televisão e na Rádio, a «AD» dá uma amostra dos processos fascistas de desinformação e propaganda, de abuso do Poder, de usurpação partidária de meios de Estado, de manipulação e intoxicação da opinião pública, numa violação frontal e provocatória da Constituição, da vida democrática, da dignidade do País e dos cidadãos.

Na política externa, comprometendo a independência nacional e a segurança dos portugueses, continua o enfundamento ao imperialismo norte-americano, a disposição de dar facilidades, para a instalação de mísseis em território continental português, a hostilidade (talmente nova aos interesses nacionais) para com países socialistas e países africanos, o apoio a actividades contra-revolucionárias em Angola e Moçambique e a prontidão para participar em perigosas provocações belicistas da Administração Reagan.

Muito se poderia dizer a este respeito. Mas apenas queremos hoje aqui levantar um caso alarmante.

Estamos em condições de afirmar que o imperialismo norte-americano está a preparar a perigosa aventura de um golpe de força contra a Libia, do género do golpe falhado que tentou contra Teerão, tendo possivelmente como um dos seus objectivos o assassinato do presidente libio, Kadafi.

Nós perguntamos ao Governo se sim ou não o governo dos Estados Unidos pediu facilidades para a utilização da base das Lages para o efeito, e qual foi a resposta do Governo português.

Perguntamos também ao Governo se está disposto a dar facilidades para a utilização das Lages pela aviação militar dos Estados Unidos para efeitos de apoio a novas agressões expansionistas de Israel contra os países árabes como é o caso dos Montes Golan.

Nós aqui damos o alerta em relação a perigosas colaborações com os aventureiros do Pentágono e responsabilizamos o Governo por qualquer participação directa ou indirecta em quaisquer actos de agressão contra quaisquer países.

A RDP anunciou (não sabemos porquê) que hoje neste comício eu comentaria a alocação feita ontem pelo Primeiro-Ministro na Televisão,

em que este tentou explicar e justificar a política do seu Governo. Mas que comentários se podem fazer a tal vacuidade, a tal pobreza em todos os aspectos, a tão «apagada e vil tristeza»? Só num momento, a intervenção teve particular ressonância. Foi quando o Primeiro-Ministro disse: «Partimos!» O sentido era outro. Mas houve telespectadores que gritaram: «Pois para, que já é tempo!» Agradecemos ao sr. Primeiro-Ministro a propaganda que fez... contra o seu próprio Governo.

Por toda a sua actuação inconstitucional e ilegal, pela destruição sistemática das conquistas democráticas consignadas na Constituição, por toda a sua política de desastre nacional, o Governo perdeu há muito qualquer legitimidade para governar.

Para defesa do bem-estar do Povo português, das liberdades e do regime democrático, da independência e segurança de Portugal, é urgente que o Governo seja demitido, e que a «AD» seja afastada do Poder.

O Povo português sente o carácter imperativo de uma tal reclamação. Por isso grita nas suas poderosas manifestações: «A luta continua. «AD» para a rua!»

Mas não só por isso (que seria bastante e mesmo excessivo) é urgente a demissão do Governo e o afastamento da «AD» do Poder. Tais decisões são também urgentes porque a «AD» prepara a liquidação do regime democrático através da revisão da Constituição.

## Revisão da Constituição golpe de Estado

O novo plano subversivo e golpista da «AD» para a liquidação do regime democrático tem como núcleo fundamental a revisão da Constituição e, na revisão da Constituição, tem como objectivo central a atribuição ao Governo das competências militares que actualmente pertencem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

Inicialmente, o projecto da «AD» de revisão da Constituição era ainda mais ambicioso. A «AD» pretendia destruir completamente a Constituição e fazer aprovar ilegalmente uma nova Constituição donde seriam eliminadas todas as grandes conquistas democráticas do nosso povo. Tudo quanto de essencial e característico tem o regime democrático criado com a Revolução de Abril (direitos e liberdades essenciais, nacionalizações, Reforma Agrária, poder local democrático, etc.) seria riscado e eliminado segundo a proposta de revisão que a «AD» apresentou na Assembleia da República.

Numa furiosa campanha, que já muitos esqueceram, a «AD» reclamava que na revisão da Constituição não foram respeitados nem limites materiais nem limites formais. Propagandavam que dois terços dos votos dos deputados não podiam nem deviam ser exigidos, que tinham maioria simples e essa deveria chegar, que o voto das eleições de 5 de Outubro valia mais que nas eleições da Constituição e que, se houvesse dúvidas se fizesse um referendo sobre a matéria.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, não teve papas na língua e ameaçou: «Se se fechar a porta a uma revisão consciente e educada da Constituição, (isto é se se fechar a porta a uma revisão que não respeita os limites naturais e formais) (...) só uma revolução consegue solucionar o problema».

O sr. ministro cuidava que perante tal retumbante ameaça de um golpe de força, os democratas concluiriam acordados que melhor

seria dar todo o Poder à reacção para evitar que ela o tomasse pela força.

Mas nem os democratas e as instituições de assustaram nem a «AD» teve capacidade para violar com a ameaça dum golpe de força, os limites formais e materiais da revisão da Constituição.

Derrotado estrofanicamente o seu candidato Soares Carneiro nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980 (Soares Carneiro que, se tivesse sido presidente, promulgaria todas as leis anticonstitucionais que a «AD» quisesse, que provocaria referendos, que modificaria a situação nas Forças Armadas) a «AD» teve que limitar as suas ambições. O projecto de destruição da Constituição manteve-se. Mas a «AD» teve de conformar-se com alterações mais limitadas dada a necessidade de dois terços dos votos dos deputados para fazer aprovar qualquer alteração. A «AD» não tem esses dois terços. Só o PS lhos pode dar. E para conseguir os votos dos deputados dos PS, a «AD» teve necessidade de fazer acordos com o PS em matéria da «revisão constitucional».

Os conselheiros fascistas da «AD», o Júdice de «O Diabo» e o Nuno Rocha do «Tempo» puseram as coisas a claro: a «AD» devia desistir de exigir do PS o que este muito dificilmente lhe podia dar (os votos para riscar todos os princípios fundamentais da Constituição relativos à organização económica e às liberdades e direitos dos cidadãos) a troco de um acordo com Mário Soares em que deputados da «AD» e deputados do PS se juntassem para arrancar ao Presidente da República e passar para o Governo a competência de designar as chefias militares.

Este o objectivo fundamental a alcançar pela «AD». Todo o resto viria depois.

O que significaria tal alteração da Constituição se fosse levada por diante? Significaria que a «AD» alcançaria com a revisão da Constituição aquilo que procura desde o 25 de Abril: aquilo que procurou com várias tentativas de golpes militares, que procurou tentando levar a Presidência da República o general fascista Soares Carneiro: destruir o 25 de Abril nas Forças Armadas, ganhar o controlo, a direcção e o comando das Forças Armadas, tornar as Forças Armadas um instrumento da contra-revolução.

E talvez por pensarem que já ganharam a batalha e que o Presidente Soares estará dentro em breve condenado ou a cortar fitas ou a demitir-se, multiplicam as agressões, as ofensas e os insultos ao Presidente da República, assim como aos militares de Abril e às próprias

## Os vergonhosos acordos do PS com a «AD»

Mário Soares desmente a existência de quaisquer acordos com a «AD» para efeitos de revisão constitucional e mesmo para qualquer outro efeito. Mas esses acordos não são produto da nossa imaginação. Os factos estão à vista. Esses acordos são a realidade das posições do PS e da «AD» na Comissão da Assembleia da República que trata da revisão constitucional.

Esses acordos aparecem na questão central do momento presente, no objectivo fundamental da «AD»: passar para o Governo «AD» a competência de designar os chefes militares.

O «Tempo» festeja o acontecimento e diz que o acordo PS-«AD» para a retirada da competência militar ao Presidente da República é «uma grande vitória» contra «o golpe de Estado militar». Na verdade esse acordo, a ir por diante, é uma peça do verdadeiro «golpe de Estado» que a reacção procura levar a cabo através da revisão da Constituição. Constituirá uma mancha inapagável na história de um partido que se afirma democrático. Juntar os seus votos aos da reacção para que esta consiga tal objectivo.

Naturalmente que este acordo concluído no segredo dos gabinetes, nas costas do povo e do País, necessita de se camuflar para que Mário Soares e o seu grupo não fiquem isolados no seu próprio partido e completamente desmascarados perante o Povo português.

Por isso, a reacção (que é compreensiva...) não pede nem pede a Mário Soares que apoie abertamente o Governo e a sua política.

Pelo contrário, a reacção está muito interessada em, por um lado, obter tais acordos do PS e, por outro lado, manter os trabalhadores, o PS e a opinião democrática em geral iludidos com a ideia de que o

com o PCP para troca de impressões sobre a situação política e as questões decorrentes da revisão da Constituição, mas sim concluir acordos com a «AD» para a revisão, concordando à «AD» aquilo que a «AD» coloca no momento presente como seu objectivo fundamental: alterar a situação militar, alcançar o controlo das Forças Armadas, transformar as Forças Armadas num instrumento de força do seu golpe de liquidação do regime democrático.

O projecto de lei de base da Defesa Nacional que o PS prepara para apresentar na Assembleia da República, segundo anuncia o «Portugal Hoje» de 20 de Dezembro, vai ainda mais longe do que a «AD» para entregar a esta as Forças Armadas.

Com tal projecto, o ministro da Defesa (neste caso Freitas do Amaral) ficaria, não apenas com a competência de indicar os chefes militares (conforme o acordo de revisão da Constituição já estabelecido entre o PS e a «AD») mas também com a competência de «superintender a administração, a organização, o equipamento e a preparação das Forças Armadas para o combate» e «propor ao governo a nomeação dos Comandos das Regiões Militares, bem como os oficiais gerais e ainda designar os comandantes dos serviços das unidades e dos estabelecimentos militares».

Aqui está até onde leva o colaboracionismo com a reacção. Tal lei do PS seria um verdadeiro acto de entrega das Forças Armadas à «AD» para que esta as utilize para o seu golpe.

Não há democrata nenhum que não compreenda o que significaria Freitas do Amaral, que é o actual ministro da Defesa, indicar chefes dos Estados-Maiors, Comandantes das Regiões, generais e comandantes das unidades militares. Seria manifestamente a preparação directa do golpe.

A reacção e Mário Soares acusam o PCP de estar a «bloquear a revisão constitucional», acusam o PCP de querer inviabilizar o processo de revisão da Constituição.

O PCP deseja a revisão da Constituição em termos legais. Apresentou mesmo o seu próprio projecto de revisão. Mas o PCP luta e lutará sem vacilações, firmemente, mobilizando as massas, no quadro das instituições e do regime, para bloquear e inviabilizar, não a revisão constitucional, mas sim o golpe de Estado reaccionário que a «AD» procura dar através da revisão da Constituição.

## As críticas ao PS e a unidade democrática

Perguntam alguns: não haverá uma contradição entre os nossos apelos à unidade de comunistas e socialistas e os nossos constantes ataques ao secretário-geral do PS?

A essa pergunta, respondemos com outra pergunta: como podemos nós proceder de outra forma, se sistematicamente, sempre que o secretário-geral do PS abre a boca é para defender posições convergentes com as da «AD», contra o movimento operário, contra o PCP, contra qualquer alternativa democrática?

Nós, comunistas, prosseguimos incansavelmente, uma política de unidade dos trabalhadores, de unidade de todos os democratas, de unidade de comunistas e socialistas.

Mas quando lutamos pela unidade dos democratas, pela unidade de comunistas e socialistas, não é para defender os interesses do



PS/Mário Soares constitui uma real oposição ao Governo e até uma alternativa à «AD».

O jornal fascista «Tempo» (5/11/81) põe a este respeito os pontos nos li.

«Não se pede ao PS (diz esse jornal) que colabore com o Governo, e, pelo contrário, pede-se-lhe que critique violentamente o Governo. Mas sempre (escreve o jornal) na previsão correcta de que até 1984, até às próximas eleições gerais legislativas, o Governo estará nas mãos da «AD».

Este é o verdadeiro significado da «oposição coerente, firme e fundamentada contra o Governo «AD» que em 29 de Outubro anunciou a Comissão Política do PS.

Este é o verdadeiro significado da afirmação de Mário Soares feita no Porto em 6 de Dezembro de que «se torna necessário intensificar os ataques contra o Governo».

O secretário-geral e a Comissão Política do PS (PH, 29/10/81) anunciaram também que «não é orientação do partido a processuão de quaisquer alianças políticas com a «AD» ou os seus componentes, designadamente o PSD».

Mas em toda a actuação de Mário Soares é sempre a aliança com a «AD» e são sempre os acordos com a «AD» que aparecem de forma indesejável.

Quando se trata dos interesses dos trabalhadores nós não vemos Mário Soares e o seu PS a unirem-se ao PCP e ao movimento operário contra a política da «AD», mas a unirem-se à «AD» na campanha contra o movimento operário, contra o PCP, a colaborarem estreitamente com o CDS e com o PPD no divisionismo sindical e na actuação dos amarelos da central fantecho — a UGT.

Não vemos Mário Soares a procurar a unidade com o PCP e com a APU para correr com a «AD» das autarquias que a «AD» ocupou, mas sim entrar em acordos com a «AD» para tentar derrubar autarquias «APU», como foi em Évora, como foi em Loures, e não foi em mais Câmaras porque, em Loures como em Évora, o eleitorado deu uma ensinadela às alianças eleitorais de Mário Soares com a «AD».

Não vemos Mário Soares juntar os seus esforços aos esforços do PCP e de outros democratas e a actuar para que o Governo «AD» seja demitido, mas ao contrário vemos Mário Soares lançando sempre a bóia de salvação à «AD» em todos os seus momentos críticos.

Não vemos finalmente, Mário Soares a procurar acordos com o PCP para defender a Constituição, nem a aceitar sequer encontros

capital e para destruir as conquistas de Abril, mas para defender os interesses dos trabalhadores e das massas populares e as conquistas democráticas do nosso povo.

Quando lutamos pela unidade dos democratas, pela unidade de comunistas e socialistas, não é para que a «AD» continue a sua obra de destruição, mas para que a «AD» seja corrida o mais prontamente do Poder.

Quando lutamos pela unidade dos democratas, pela unidade de comunistas e socialistas, não é para subverter a Constituição, entregar à «AD» as competências militares e pôr em perigo iminente o regime democrático, mas para defender a Constituição, as liberdades, o regime, o Portugal de Abril.

Por tudo isso é nosso dever desmascarar as posições e atitudes do secretário-geral do PS e ao fazê-lo damos uma contribuição importante para a unidade democrática e designadamente para a unidade de socialistas e comunistas.

Desejaríamos sinceramente (para o bem do nosso povo, para o bem da democracia, para o bem de Portugal) que neste momento crucial, em que o Governo «AD» agrava brutalmente as condições de vida do povo, conduz a economia portuguesa à insolvência e ao desastre, toma de assalto e monopoliza os meios de comunicação social, ameaça o próprio regime democrático, desejaríamos sinceramente que, neste momento crucial, o PS, em vez de se encontrar ao lado da reacção, se encontrasse ao nosso lado na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, de todo o Povo português, em defesa da Constituição e do regime democrático, na luta para afastar a «AD» do Poder e assegurar uma alternativa democrática.

Por isso continuamos e continuaremos a batalha pela unidade dos trabalhadores, pela unidade de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas.

Mário Soares optou pela aliança e pelos acordos com a direita, colaborando em aspectos fundamentais no plano subversivo e golpista da «AD». Mas é cada vez mais forte o movimento unitário dos trabalhadores, é cada vez mais vasta a unidade combativa das massas populares, são cada vez mais numerosos os democratas, incluindo socialistas, que compreendem que a aliança necessária à democracia e os acordos necessários à democracia não são com a «AD» que quer

PCP



destruí-la, mas com o PCP, estreitamente ligado à classe operária, e às massas populares empenha todas as suas capacidades e energias para salvá-la.

## A situação na Polónia e a campanha anticomunista

Todos assistimos ao desencadear de mais uma furiosa campanha anticomunista, agora a propósito da evolução da situação na Polónia. Essa campanha é lançada por duas razões fundamentais. A primeira razão é porque a própria evolução da situação na Polónia é desfavorável às forças contra-revolucionárias, nas quais os reacçãoários portugueses e seus aliados depositaram grandes esperanças e que vêm agora cair como castelos de cartas os seus sonhos de uma contra-revolução polaca vitoriosa. A reacção queria uma de duas coisas: ou que a contra-revolução triunfasse na Polónia alterando a correlação de forças mundial, ou que a situação se desenvolvesse de tal forma que a URSS e os países do Tratado de Varsóvia intervissem militarmente.

Tudo indica que não conseguirão nem uma coisa nem outra. Tudo indica que as camaradas polacos estão em vias de resolver a situação, travando o processo de degradação progressiva da situação económica, social e política, e livrando a Polónia da catástrofe económica e da guerra civil, à beira das quais tinha sido conduzida por graves erros cometidos pelo partido e pelo governo, pela ingerência imperialista e sucessivas concessões e cedências à contra-revolução.

Nós congratulamo-nos com a evolução da situação nos últimos tempos e desejamos sinceramente aos camaradas polacos que consigam ultrapassar com êxito as suas grandes dificuldades actuais, retomando o caminho do desenvolvimento vitorioso da sociedade socialista.

A segunda razão fundamental da furiosa campanha anticomunista desencadeada a pretexto da evolução da situação na Polónia é o propósito de desviar as atenções do Povo português dos seus gravíssimos problemas e da luta que trava.

Segundo o jornal do PS «Portugal Hoje», o ministro das Finanças, durante a discussão do Orçamento Geral do Estado teria murmurado para o ministro dos Negócios Estrangeiros: «O que nos dava jeito, agora durante a discussão do OGE, era que a Rússia invadisse a Polónia».

A reacção não teve a «invasão soviética» que lhe daria jeito, mas agarrou-se desesperadamente à declaração do estado de emergência na Polónia, mentindo, deturpando e caluniando acerca das medidas de excepção tomadas pelo governo polaco ao abrigo da Constituição e das leis. «A Polónia foi invadida por dentro» gritou um jornalista. «Os barcos de guerra soviéticos já estão na Polónia!» gritou o «Portugal Hoje» ante a fotografia rotineira de um barco. «A aviação soviética já está em Varsóvia!» titula outro jornal ante a notícia de que, muito normal e habitualmente, aviões soviéticos aterram em Varsóvia com artigos alimentares.

Com todo esse barulho sobre a Polónia e a correspondente campanha anti-PCP, a «AD» e os seus aliados querem fazer esquecer o que se está a passar em Portugal. Querem que o Povo português se distraia dos problemas de importância vital da actualidade portuguesa. Querem que não se fale na demissão do Governo «AD», na aliança de Mário Soares com a «AD», nos perigos da revisão da Constituição.

Querem travar o desenvolvimento da luta popular, quebrando a unidade dos trabalhadores e a unidade das massas na luta contra o Governo «AD» e a sua política. Querem travar o fulgurante ascenso da actividade e influência de massas do PCP.

E, organizando todos em conjunto manifestações que previam fossem extraordinariamente participadas, quiseram também fazer esquecer o tremendo impacto das grandiosas manifestações de massas de 12 de Dezembro.

Quiseram meças, tiveram meças. Juntaram-se todos os anticomunistas. Multiplicaram-se comunicados, moções, discursos, comícios, manifestações.

A cabeça naturalmente a «AD» promovendo o seu próprio comício. A UGT, que nunca organizou uma manifestação de solidariedade aos trabalhadores portugueses vítimas da exploração e das acções repressivas do Governo «AD», organizou uma manifestação supostamente de solidariedade para com os trabalhadores polacos.

Mário Soares, que não organizou nenhum comício contra o Governo «AD» e as forças reacçãoárias, organizou um comício contra o governo polaco, contra o PCP, contra o movimento operário português. Organizaram-se manifestações ao apelo dum cacharolete de partidos e grupos, subscrito também por alguns democratas que certamente não mediram o alcance do gesto.

Uma foi organizada pela UGT e ruidosamente apoiada pelo PSD, pelo CDS, pelo PPM, pelo PS (FAUL), pela Juventude Centrista e por uma série de sindicatos amarelos.

Outra foi organizada ao apelo de gente destacada do PS, da UDP, do PC (recauchutado), pelo PSR trotskista, da UEDS, da FUP, do POUS, da OCMLP e também de várias personalidades supostamente altamente mobilizadas como Otelo Saraiva de Carvalho, Lopes Cardoso, Marcelo Curto, Mário Tomé e outros que preferimos não citar porque talvez já estejam arrependidos.

O POUS anunciou a sua própria manifestação junto da Embaixada.

Os partidos fizeram importantes apelos. Televisão, rádio, jornais, anunciaram as manifestações.

Final do comício da «AD», para o qual todos os seus partidos fizeram mobilização, havia gente, mas havia espaço para mais, e, no fim do comício, talvez para mostrarem o seu amor aos trabalhadores e às liberdades dos cidadãos e o respeito pelo direito à greve, os participantes «AD» invadiram e apedrejaram uma estação de «Metropolitano» próxima, partiram vidros, agrediram trabalhadores.

Final, na manifestação da UGT, PSD, CDS, PPM, PS (FAUL), Juventude Centrista e sindicatos amarelos, foram centenas de pessoas no Rossio, entre as quais muitas fazendo a saudação nazi e dando vivas a Salazar.

Final, na do PS, UDP, Otelo e Outros Tais, escassas centenas de pessoas deram uma ridícula passeata pelas ruas à laia de marcha de Lisboa.

No comício do cinema Europa com capacidade de 780 lugares, Mário Soares deu novo show de demagogia e anticomunismo mas a assistência não foi além de dois terços da sala — bem medidos.

E a manifestação do POUS resumiu-se a 18 pessoas que deixaram um papel na caixa do correio.

Tal como em Lisboa no Norte houve alarido e mobilização geral do anticomunismo. No Porto juntaram-se duas centenas de pessoas. Em Braga 150. Em Aveiro 50.

Para o anticomunismo desencadado em torno da situação na Polónia foi mais que fracasso. Foi um completo desastre.

Mostrou-se que o Povo português tem mais consciência das realidades do que pensam certos políticos e já não se deixa facilmente enganar pela diversão ideológica e pelo anticomunismo primário.

Na Polónia cada dia se torna mais claro que o socialismo se defende e prossegue. E o Povo português, embora interessado com a situação polaca assim como com a situação internacional, não se desviará dos problemas fundamentais e da batalha fundamental em que está empenhado: a luta em defesa das suas liberdades e direitos, a luta contra a reacção, a luta em defesa da Constituição e do regime. Luta difícil, mas que acabará por triunfar.

## A diversidade ideológica e as realidades portuguesas

No decurso desta campanha anticomunista passou-se um incidente curioso.

A RTP, que há quase três anos não promovia nenhum debate entre os dirigentes dos principais partidos políticos, que há mais de um ano não me fez qualquer entrevista, convidou-me para participar num debate com Freitas do Amaral, Pinto Balsemão e Mário Soares, em directo. Mas sobre um só tema, tema exclusivo: a situação na Polónia.

Qual a razão de tão súbito interesse em promover um debate diante do Povo português entre os dirigentes dos quatro maiores partidos portugueses?

A razão é fácil de discernir.

A Televisão ao serviço da «AD» queria com tal debate confirmar a campanha reacçãoária no sentido de desviar o Povo português dos seus problemas fundamentais e convencer os portugueses de que o seu problema principal não é a situação económica portuguesa, não são as condições de vida, não são as violações dos direitos e liberdades dos cidadãos e da legalidade democrática pela Governo «AD», não é a revisão da Constituição, não é o perigo da instalação dos mísseis nucleares, não é o futuro em perigo do regime democrático, — mas a crise polaca.

Quería afinal com tal debate tentar convencer os portugueses dum ideia absurda: que neste momento para os portugueses (incluindo para o PCP que participaria no debate) a Polónia é mais importante que Portugal.

A primeira é que não têm autoridade para afirmar (contra o PCP) que defendem os trabalhadores de um outro país aqueles que, em Portugal, se aliam às forças reacçãoárias na ofensiva contra as conquistas da revolução, contra os interesses vitais dos trabalhadores.

A segunda é que não têm autoridade para afirmar (contra o PCP) que defendem a continuação do Governo «AD» e se aliam à «AD» na ofensiva contra as liberdades e direitos dos cidadãos e numa revisão da Constituição que faz perigar o regime democrático.

A terceira é que não podem pretender defender o socialismo noutros países aqueles que quando foram governo em Portugal iniciaram em aliança com a direita, a ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária e estabeleceram agora alianças com a reacção para destruir as conquistas democráticas do nosso povo, para restaurar o poder dos monopólios e latifundiários, para impedir que a democracia portuguesa siga rumo ao socialismo.

Em vez da anunciada «ofensiva de Outono» contra o Governo «AD», vê-se que Mário Soares procura lançar a ofensiva de Inverno contra o PCP: Recebe por isso naturalmente os aplausos da reacção. Mas isola-se cada vez mais dos trabalhadores, das massas populares e de vastos sectores do seu próprio partido.

Quanto ao PCP, a vida está mostrando que não são os ataques da reacção e de Mário Soares que conseguem separá-lo das massas. A luta diária do nosso povo e as grandiosas manifestações do dia 12 aí estão para o demonstrar.

## Medidas necessárias e urgentes

A situação exige no quadro constitucional, medidas sérias que ponham cobro à degradação da situação económica e social e à política de desastre nacional da «AD» no Governo e na Assembleia da República e que impeça o efectivo golpe de Estado que se prepara através da revisão constitucional.

As propostas do PCP são claras e conhecidas.

O PCP (e, com o PCP, a classe operária, as massas populares e vastíssimos sectores de democratas e patriotas) reclama a demissão imediata do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições no prazo constitucional de 90 dias. Já de há muito que tais medidas se impõem e há razões constitucionais e políticas mais que suficientes para que elas sejam plenamente justificadas em qualquer momento.

Entretanto há democratas que opõem certas objecções a estas propostas do nosso Partido.

Quais são essas objecções?

Primeira objecção. Em relação à demissão imediata do Governo, dizem que não há motivos legais para a demissão, que a «AD» está a desgastar-se no Governo, mas que para cair é necessário que se desgaste ainda mais.

Estas apreciações são profundamente incorrectas.

Os motivos para a demissão do Governo não são apenas suficientes. São excessivos. O Governo cometeu já ilegalidades e irregularidades bastantes que teriam justificado, não só num momento dado, mas em dezenas de momentos, que fosse demitido de pleno direito.

Há para além que extra ordinário que reclamamos a demissão imediata do Governo. No ponto de vista legal e institucional, o extraordinário não é que se exija a demissão deste Governo mas que este Governo não tenha ainda sido demitido.

O Governo está suficientemente «desgastado» para ser corrido do Poder. Mostrou já a sua completa incapacidade para resolver os problemas portugueses. O agravamento em todos os aspectos da situação nacional é por si um atestado condenatório. As ilegalidades, arbitrariedades, abusos do Poder, violências, escândalos e corrupções, identificam a coligação reacçãoária da «AD» como autêntica usurpadora do poder democrático. Todos os dias há novos testemunhos de que milhares e milhares de pessoas que em certa altura apoiaram a «AD», deixando-se iludir pelas suas promessas, hoje se opõem ao Governo «AD» com determinação. O Governo «AD» está «desgastado» e mais que «desgastado».

Além do mais a ideia do «desgaste» progressivo pode revelar-se uma ilusão. O Governo «AD» atravessou já um momento de tal desgaste que o próprio Pinto Balsemão se demitiu. Foi uma evidente oportunidade para afastar a «AD» do Governo sem grandes trabalhos. Mas Mário Soares, proclamando que só seria de admitir um novo Governo «AD» e o Presidente da República e o Conselho da Revolução não avaliando devidamente os perigos para a democracia da for-



mação de um novo Governo «AD», permitiram que essa evidente oportunidade se perdesse. Mas cada dia é uma nova oportunidade que plenamente justifica a demissão do Governo «AD».

Parece haver democratas que pensam não em atrair abaixo a «AD», mas na queda automática da «AD».

Tal concepção conduz a esperar que a «AD» se desgaste até cair de podre. Ora a verdade é que as forças reacçãoárias nunca deixaram o Poder por caírem de podres.

A «AD» está podre, mas só por si a «AD» não cairá. É necessário fazê-la cair.

Segunda objecção às propostas do PCP. Em relação à dissolução da Assembleia da República e à realização de eleições dizem que não é certo que a «AD» fosse derrotada, e que, no PS, deixariam de ser deputados aqueles que se opõem à aliança com a «AD» e que assim, na futura Assembleia ficaria ainda mais reforçada a possibilidade do chamado «bloco central».

Estas apreciações são também profundamente incorrectas. Há numerosas indicações de que a «AD» está perdendo rapidamente a sua base de apoio social, política e eleitoral.

Perda de apoio social, particularmente visível na tomada de posição de sectores da pequena e média burguesia contra a política económica da «AD» e na movimentação contra o Governo de amplas camadas do campesinato que têm constituído uma base eleitoral dos partidos de direita.

Perda de apoio político que se reflecte nas contradições, divergências e conflitos internos e nas posições conhecidas a nível local de antigos partidários da «AD» que declaram tê-la abandonado.

Perda de apoio eleitoral transparente nas quebras de votação na grande maioria das eleições parciais realizadas.

Se tomarmos as eleições suplementares para as Câmaras Municipais realizadas em 1981, verificamos que a «AD» e os partidos que a compõem perderam de 1979 para 1981 um total de 8000 votos correspondentes a 8% do seu eleitorado, e se o PS perdeu 13 000 votos a APU ganhou 6500 votos correspondendo a um aumento de 25%. Tal tendência denuncia a derrota da «AD» à escala nacional.

Naturalmente que, se as eleições se realizassem, estando no Poder um Governo «AD» que não respeita no mínimo a legalidade e as normas democráticas e levando a «AD» por diante os seus projectos de nova lei eleitoral antidemocrática, complementada com nova lei do recenseamento e nova lei da nacionalidade, as eleições podiam tornar-se uma fantechoada digna dos tempos de Salazar e Caetano e poderia tornar-se praticamente impossível uma vitória democrática. Mas se as eleições se realizarem nessas condições é porque já não estamos a viver em democracia.

Por isso, a par das reclamações da demissão do Governo, da dissolução da Assembleia da República e da realização de eleições no prazo constitucional de 90 dias, o nosso Partido considera indispens-

ável que seja formado um governo de gestão, formado por portugueses e portugueses que respeitem a Constituição e a legalidade e assegurem o carácter democrático das eleições.

Todos os elementos disponíveis indicam que a «AD» está cada vez mais isolada e que realizando-se eleições a «AD» sofrerá uma estrondosa derrota.

Trata-se de uma solução constitucional legal, inteiramente democrática. Aqueles que tanto enaltecem o sufrágio universal não devem ter nada a opor-lhe.

Entretanto, talvez porque se trata precisamente de uma solução democrática, desejável e possível, Mário Soares vem também neste caso advertir agora que a dissolução da Assembleia da República seria «extremamente perigosa» (21/12/81).

Certamente a dissolução da Assembleia da República é «extremamente perigosa». Mas «extremamente perigosa» para a «AD», para a reacção e não para a democracia portuguesa, que pode reencontrar o seu caminho seguro com a derrota da «AD» e a vitória democrática em eleições a realizar.

Há um grave contencioso nacional. Façam-se eleições democráticas e o povo que decida. A reacção tem medo das eleições? Nós não o temos. A democracia portuguesa também não tem razão para o ter.

Terceira objecção às propostas do PCP. Em relação à substituição do Governo «AD» dizem que não existe uma alternativa.

Mas a alternativa existe. A «AD» é uma minoria e uma minoria cada vez mais restrita. Os democratas são maioria. Unam-se os democratas e a vitória é certa e a alternativa é certa.

O secretário-geral do PS faz tudo para «bloquear» e «inviabilizar» a alternativa democrática. Mas ela acabará por impor-se, porque assim o quer o Povo português e assim o querará também a maioria dos militantes e dos eleitores do próprio PS.

## A luta e a unidade do povo

As forças reacçãoárias e os seus aliados gostariam que as grandes questões nacionais fossem decididas no segredo dos gabinetes, decididas pelos grandes senhores dos grandes partidos, pondo e dispondo do futuro do País nas costas do povo e contra o povo.

Mas o tempo acabou em que o podiam fazer. No Portugal democrático, o povo intervém activamente na vida política e, ao eleger deputados, não abdica do direito de expressar a sua opinião e a sua vontade por todos os outros meios que a Constituição lhe reconhece.

Entre esses meios, as acções de massas, nas suas várias formas (greves, manifestações e outras) que intervêm como um elemento fundamental na situação social e política.

Procurando menosprezar a vontade popular e a acção das massas populares, dizem agora que «não é a rua que atrai abaixo governos». Mas não só aquilo a que chamam «a rua» pode atrair abaixo os governos, como em todo o caso, quando aquilo a que chamam «a rua» faz ouvir com suficiente força a sua determinação e a sua vontade, intervém como factor determinante da evolução e das modificações da situação política.

Por isso a reacção e seus aliados têm tanto medo das acções de massas.

Por isso os partidos reacçãoários coadjuvados pelo PS/Mário Soares desencadearam uma intensa campanha contra as manifestações do dia 12.

Desenvolveram as clássicas operações de intimidação e de chantagem. Anunciaram que as manifestações seriam um novo prelúdio de um clima insurreccional. Que era o relançamento da situação de 1975. Que era uma tentativa de «mergulhar de novo o País no caos e na incógnita».

Os da «AD» anunciaram que em Lisboa iria haver «confrontos violentos» e anunciaram para o mesmo dia a altura concentrações de ex-militares que entrariam em choque com os manifestantes.

E, como sempre em consonância com a reacção, tentando também demobilizar e afastar da manifestação os trabalhadores, o comunicado oficial da Comissão Permanente do PS, condenou a manifestação e as suas palavras de ordem, lamentando além do mais a data escolhida por coincidir com a da visita do Presidente da República francesa a Portugal, fingindo ignorar (a inocente!) que a manifestação tinha sido marcada antes de anunciada a visita de Mitterrand.

Qual foi o resultado dessa campanha?

Em Lisboa assistiu-se a uma das mais grandiosas e entusiasmadas manifestações de massas jamais realizadas. Falou-se em 300 000 participantes como se poderia falar de número superior.

Assim pelo País fora. Grandes manifestações (apesar da chuva torrencial) no Porto, em Braga, Guimarães, Viana do Castelo. Grandes manifestações em Viana e Vila Real. Grandes manifestações em Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, e Manteigas. Grandes manifestações em Torres Novas, Coruche, Ponte de Sor, Campo Maior, Évora, Montemor-o-Novo, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Beja, Cuba, Odemira e Mértola, Faro.

E no dia 19 novas manifestações tiveram lugar em numerosas localidades.

Comparem-se as gigantescas manifestações do dia 12 com os ridículos ajuntamentos anticomunistas com os quais a «AD», o PS/Mário Soares e esquerdistas de toda a espécie quiseram dar-lhes resposta.

Pode concluir-se que as massas populares têm consciência da situação e dos perigos que Portugal atravessa e das medidas necessárias para derrotar a reacção e ultrapassar a crise.

Que não se iludam aqueles que continuam a querer resolver a sorte do povo no segredo dos gabinetes.

A luta de massas vai continuar. As manifestações vão continuar. As greves vão continuar, e, quando se fala em greves, greves dos trabalhadores, greves organizadas, greves seguras e participadas, são as greves promovidas pela CGTP-IN e pelos seus sindicatos, e não as imitações de greves lançadas pelos divisionistas da UGT que acabam de dar uma amostra de si próprios no falhanço completo da anunciada greve na Carris, de tal forma que hoje mesmo se registaram casos de trabalhadores da Carris que abandonaram o sindicato amarelo e se inscreveram no sindicato da CGTP-IN.

No quadro da Constituição, do regime democrático, da legalidade, os trabalhadores e as massas populares continuarão com a sua luta a opor-se vigorosamente à política antipovo, antidemocrática e antinacional da coligação reacçãoária. Continuarão com a luta a abalar até aos alicerces o cada vez mais frágil edifício da «AD», até que, pelo funcionamento normal das instituições, o Governo «AD» vá finalmente abaixo, a Assembleia de maioria «AD» seja dissolvida, um governo respeitador da legalidade seja formado e novas eleições gerais dêem a possibilidade ao Povo português de, através do voto, expressar a sua vontade, a sua opção e abrir caminho a uma alternativa democrática.

Quando para as manifestações anticomunistas acerca da situação na Polónia se viu a aliança do CDS, do PPD, do PS, do PPM, da UEDS, do PC (recauchutado), da FUP, do POUS, do PSR trotskista, da OCMLP, logo os comentadores reacçãoários e oportunistas gritaram que o PCP estava isolado.

Mas quem é que está cada vez mais isolado?

O PCP que, sempre e firmemente com os trabalhadores e as suas organizações de classe, com o povo, com as liberdades, com as conquistas da Revolução, com o regime democrático, com a independência da pátria, intervém activamente em manifestações de centenas e centenas de milhares de portugueses e portuguesas, ou aqueles que de braço dado com a «AD» e com o capital, mobilizando em conjunto as suas forças, não conseguem mais que meia dúzia de ajuntamentos ridículos?

A verdade é que, quanto mais procuram isolar o PCP, mais eles se isolam e mais o PCP, com a sua política e acção consequente (sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com a democracia, sempre com a revolução de Abril, sempre com a Pátria) mais o PCP aprofunda a ligação com as massas, mais alarga os seus apoios e a sua influência.

E é porque está cada vez mais enraizado nas classes trabalhadoras, nas massas populares, no campo genuinamente democrático, que o PCP aparece como a única força política em condições de estimular, fomentar, impulsionar e contribuir de forma determinante para a organização, a unidade e a acção do Povo português até à derrota da reacção e à vitória definitiva do regime democrático e das suas conquistas.

O movimento operário e popular está forte e unido. Nas Forças Armadas predominam os sentimentos constitucionalistas.

A «AD» está cada dia mais fraca, mais desgastada, mais isolada, mais desprestigiada. Os seus rompanetes verbais não conseguem esconder a sua crescente fraqueza.

Em tempos remotos um filósofo foi expulso de uma cidade grega. Perguntaram-lhe porque tinha sido expulso. E ele respondeu: «Não fui eu que fui expulso. Foi eu que os condenei à a ficarem.»

Balsemão, o Primeiro-Ministro de um Governo cuja força se esvai, parece ter querido repetir o dito do filósofo. Balsemão foi a Belém. A entrevista com o Presidente durou 7 minutos. Perguntam: «Porque só 7 minutos?» Balsemão responde: «Porque eu não podia lá estar mais tempo.»

Mas acaba por saber-se que foram só 7 minutos porque, ao fim de 7 minutos, o Presidente deu por finda a audiência.

Foi esse Primeiro-Ministro desgastado, balbuciente, já derrotado e vencido, o Primeiro-Ministro de um Governo cuja queda se aproxima, que ouvimos ontem falar na Televisão. Quis falar do futuro. Mas toda a sua oração cheirou ao funeral da «AD».

A reacção está cada vez mais fraca. A Democracia está cada vez mais forte.

Reforcemos a organização. Reforcemos a unidade. Reforcemos todas as formas de acção. Reforcemos a luta de massas.

Lutemos com mais e mais afinco, determinação e confiança para que o Governo «AD» seja demitido, a Assembleia seja dissolvida, se realizem eleições gerais, de forma a derrotar o plano subversivo e golpista, a impedir o regresso ao passado, a salvar a Constituição e o regime, a abrir caminho a uma alternativa democrática, a prosseguir Portugal de Abril.

Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!  
Viva Portugal de Abril!  
Viva o Partido Comunista Português!

# SEMANA Internacional

22 Terça-feira



Luís de Almeida, embaixador angolano em Paris, revela que as tropas racistas sul-africanas estão a utilizar armas químicas no sul de Angola. Em entrevista à cadeia de televisão NBC o presidente soviético Leonidas Brejnev afirma que as conversações de Genebra sobre o desarmamento nuclear poderiam conduzir a um tratado entre a URSS e os EUA. O general Leopoldo Galtieri, comandante-em-chefe do Exército, toma posse do cargo de chefe de Estado da Argentina, sendo o 5.º presidente militar do país desde o golpe de 1976. Sam Nujoma, presidente da SWAPO, acusa forças do imperialismo internacional e do capitalismo de manobrar com a África do Sul para adiar a independência da Namíbia. «Veritalk-10», um foguetão espacial de investigação aperfeiçoado conjuntamente por diversos países socialistas europeus, é lançado com êxito em Baikonur, na URSS; o engenho foi fabricado por especialistas da Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, URSS e Checoslováquia.

23 Quarta-feira

O Vaticano divulga um documento da Academia Pontifical das Ciências na qual é demonstrada a impossibilidade de sobrevivência da Humanidade a uma guerra nuclear. O novo executivo argentino apresentado pelo general Galtieri é considerado pela generalidade dos partidos do país como um retrocesso em relação ao anterior. O primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, acusa um «clã de criminosos selvagens impenitentes» de tentarem sabotar a economia do seu país e derrubar o governo, sublinhando que o regime racista da África do Sul é o cérebro de todos os actos de sabotagem dirigidos contra o país. Serviços de estatística da CEE revelam que os preços no consumidor dos dez países da Comunidade subiram em Novembro numa média de 12,5% ano. O jornal londrino «Daily Telegraph» anuncia que forças contra-revolucionárias monárquicas do Irão recebem treino militar em território turco. O príncipe herdeiro Fahd, da Arábia Saudita, decide adiar indefinidamente a sua viagem aos EUA (prevista para 19 de Janeiro) devido à situação no Médio Oriente (agravada pela anexação sionista dos Montes Golan) e à situação internacional em geral.

24 Quinta-feira



Turquia, a repressão à solda

Rádio Varsóvia anuncia que os mineiros que ainda ocupavam duas minas no sul da Polónia começaram a subir à superfície, apesar dos esforços dos extremistas que pretendiam forçá-los a permanecer no fundo das minas. Fontes oficiais salvadorenhas anunciam que «apareceram» na quarta-feira os cadáveres de 17 jovens (entre os quais três raparigas) sob uma ponte da estrada que liga S. Salvador a Santa Ana; só não informaram sobre os «presumíveis» autores, os esquadrões fascistas que actuam a coberto da Junta militar que esmaga o país. Mais de 50 dirigentes sindicais turcos começaram a ser julgados por tribunais do regime militar, enfrentando uma sentença de pena de morte.

25 Sexta-feira

As autoridades holandesas mandam encerrar a central nuclear de Borssele, por ter sido detectada uma fuga radioactiva. A polícia da Irlanda do Norte anuncia a prisão de vários elementos da «Terceira Força» — grupo paramilitar do direitista protestante, reverendo Paisley — acusados de «bloqueio ilegal de estradas». O procurador-geral norte-americano, William French Smith, solicita a um tribunal federal de apelo que nomeie um inquiridor especial para investigar alegações ligando o secretário do Trabalho à corrupção sindical.

26 Sábado



Japão: a bomba atómica caiu aqui

Segundo a agência Reuter, o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, e o seu governo continuam a oferecer resistência às pressões dos EUA para que apoiem as projectadas sanções que o presidente Reagan pretende impor à Polónia (e mesmo à URSS), considerando-se em Bonn que a suspensão do desarmamento e das conversações Leste-Oeste seria muito mais prejudicial para os aliados europeus dos EUA do que para a Polónia. Hafez Assad, presidente da Síria, parte para o Yemem do Norte, em mais uma visita destinada a conseguir o apoio do mundo árabe para agir contra a anexação dos Montes Golan por Israel. O primeiro-ministro japonês, Zenko Suzuki, anuncia a intenção do seu governo em aumentar substancialmente as despesas militares; recorde-se que Washington (segundo fontes ocidentais) deseja um «exército nipónico mais forte». Um porta-voz da polícia japonesa afirma que a delinqüência juvenil no país atingirá, este ano, um nível recorde de um total de 168 100 delinquentes, mais 12,4% que no ano passado. Morre um polícia e quatro ficam feridos num ataque a uma esquadra sul-africana nos arredores de Pretória.

27 Domingo

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, admite numa entrevista como possível uma cimeira no próximo ano com o presidente soviético, Leonidas Brejnev. O governo canadiano de Pierre Trudeau, seguindo o exemplo dos países europeus capitalistas, recusa-se a aceitar as pressões da administração Reagan para aplicar sanções económicas à Polónia, afirmando que o seu país continuará a fornecer alimentos e créditos a este país. A polícia italiana informa em Verona estar a registar progressos na investigação do rapto do general norte-americano James Dozier. Por se temer uma acção militar sionista, a direcção conjunta do Movimento Nacionalista Progressista Libanês e da resistência palestina anunciam o estado de alerta e a mobilização geral de todas as suas forças no Líbano. O presidente iraniano, Ali Khamenei, desmente que o seu país esteja envolvido em actos terroristas nos países árabes do Golfo.

28 Segunda-feira

Os terroristas das «Brigadas Vermelhas» que raptaram o general norte-americano James Dozier no passado dia 17 de Dezembro, afirmam que prossegue o seu «juízo político» enquanto a polícia italiana, auxiliada por peritos da RFA e dos EUA, continua as buscas para libertar o refém das mãos dos terroristas. A agência angolana «Ango» qualifica a atitude dos EUA em relação à Namíbia como uma manobra colonialista contra a independência do território ilegalmente ocupado pelos racistas sul-africanos.

**Efeméride da Semana** — A 23 de Dezembro de 1968 são libertados os 82 tripulantes do navio-espião norte-americano «Pueblo», após 11 meses de ter sido aprisionado pela Coreia do Norte nas suas águas territoriais; o chefe da comissão norte-americana que negociou a libertação dos tripulantes, general Gilbert Woodward, assinou uma confissão de espionagem.

## Internacional

# Contra a reacção, pela paz uma mesma batalha

No dia 24, na véspera de Natal, chegaram à base aérea de Monte Real, em Leiria, nove dos vinte aviões «Corsairs» cedidos à Força Aérea Portuguesa pelos Estados Unidos, ao abrigo do acordo luso-americano sobre a utilização da base das Lajes. Desenvolvem-se entretanto contactos para renovação do acordo das Lajes, contactos secretos, elaborados nas costas do povo português, acompanhados de preocupantes declarações sobre a disposição do governo AD de conceder facilidades aos Estados Unidos em acções de agressão no Médio Oriente. Em plena quadra natalícia sobe ainda, se possível, o tom de guerra-fria dos órgãos de informação ligados à política da AD.

O período Natal-Ano Novo é considerado como uma quadra de paz, um momento propício ao balanço do ano que se escoa, a gestos de boa vontade no sentido de superar problemas de ordem nacional e internacional. De Washington a Lisboa vive-se entretanto em plena operação guerra-fria.

Uma semana após a aprovação pelo Congresso norte-americano da maior verba destinada a despesas militares da história dos Estados Unidos — 200 bilhões de dólares — Reagan faz uma intervenção contra a Polónia socialista (ou mais concretamente, contra a determinação do POUP, do Exército e do governo polaco, de defender o socialismo, fazendo frente à contra-revolução), decidindo sanções económicas em que tentou, em vão, fazer participar outros países do mundo capitalista.

No nosso país, a tónica é o anticomunismo quotidiano, a que o secretário-geral do PS, Mário Soares, deu agora o seu contributo, por isso recebendo os elogios que merece — os da extrema-direita — a degradação permanente das condições de vida de um povo que, segundo o

senhor primeiro-ministro, anda tão alto aos vivos problemas que o atingem, que passou a quadra natalícia... de olhos postos na Polónia (seria uma referência aos programas televisivos?); o prosseguimento de uma política externa de total alinhamento com o imperialismo, que vem a assumir aspectos particularmente preocupantes.

### Aquilo de que não se fala

A paz está pendente de um fio, a paz periga por todo o mundo. E porquê? Os órgãos de informação ligados à AD esclarecem-nos diariamente... Por exemplo, em Portugal, como é evidente, a paz social anda a ser perturbada pelos trabalhadores que se atrevem a fazer greves, quando o direito à saúde, à habitação, ou à simples sobrevivência vai sendo progressivamente cercado ou pura e simplesmente anulado. E pela Polónia, claro está — pois não é um perigo para a paz que medidas tenham sido tomadas, após sucessivas cedências, para fazer frente ao desencadear da guerra civil? E ainda pelo Afeganistão, de onde nos

chegam mais que fidedignas informações — da secretaria de Estado dos Estados Unidos. Ou, para dizer tudo, do movimento de massas, por toda a Europa, contra as armas nucleares, que Reagan afirmou estar a ser patrocinado «por uma organização chamada o Conselho Mundial da Paz, que está comprado e financiado pela União Soviética».

Esta perspectiva que nos pretendem impor. Perspectiva com que se pretende ocultar factos particularmente esclarecedores. Os montes Golan da Síria foram anexados por Tel-Aviv e tropas israelitas concentraram-se na fronteira libanesa, com as armas, os apoios financeiros, político, diplomático, logístico, dos Estados Unidos.

Em África, grupos terroristas apoiados pela África do Sul e os Estados Unidos, fazem vítimas em Angola, em Moçambique, no Zimbábue. Grupos contra-revolucionários, apoiados pelos mais reacçãoários regimes do continente asiático, e pelos EUA, mantêm uma acção sistemática de sabotagem, particularmente no Afeganistão, sendo recusadas as renovadas propostas de negociações do governo alegão, propostas que incluem a retirada das tropas soviéticas, desde que cesse a ingerência externa.

Na América Latina, os factos somam-se numa lista inumerável. «Projectos excepcionais» de acção na América Central e na Bacia das Caraíbas, foram elaboradas pelo Pentágono. Um porta-voz do departamento de Estado anunciou que os EUA decidiram encarregar-se da formação e treino de vários contingentes de tropas da Junta de El Salvador, enquanto uma decla-

ração da Frente «Farabundo Martí» de Libertação Nacional, difundida em Manágua, denuncia o projecto norte-americano de enviar para o seu país cerca de 50 mil soldados americanos para o Salvador, bem como destacamentos hondurenhos e guatemaltecos, o que significaria a clara internacionalização do conflito. No Chile, cujo governo também muito «lamenta» o povo polaco, presos políticos foram envenenados e a comissão chilena de direitos humanos denunciou recentemente um agravamento da repressão, afirmando no seu relatório anual que certos artigos da nova Constituição «contribuíram poderosamente para apoiar uma tendência para a normalização das violações dos direitos humanos na vida quotidiana». No Paraguai, um dos aliados dos EUA no continente americano, o senado aprovou no princípio de Dezembro uma nova lei eleitoral que proíbe «o comunismo, o marxismo e a luta racial ou religiosa» — na opinião de Ezequiel González Alsina, dirigente do Partido Colorado (no poder) a «democracia representativa fica assim preservada».

Mas não seria necessário sairmos do democrático, civilizado, ocidentalíssimo continente europeu, 52 dirigentes sindicais estão neste momento a ser julgados na Turquia, podendo mesmo ser condenados à morte. Nos países da CEE, o número de desempregados atingiu, em Novembro, os quase dez milhões de trabalhadores, ou seja, nove por cento da população activa, enquanto os preços no consumidor subiram, no mesmo mês, numa média de 12,5 por cento/ano.

Nos Estados Unidos, o último corte de 16,3 milhões de dólares nas despesas sociais significava, segundo um relatório do Congresso norte-americano, que os programas de trabalhos públicos serão reduzidos em 89 por cento, as bolsas a estudantes em 43 por cento, os subsídios para o pagamento dos gastos com a electricidade (fundamental no frio inverno americano) por parte dos pobres em 34 por cento, e a verba para a recuperação de inválidos em 29 por cento.

Estes alguns dos factos de que se não fala.

### Porque devemos estar todos na Jornada de 16

Num alerta divulgado pela Comissão de trabalhadores científicos do Movimento «Não às armas nucleares em Portugal», pergunta-se: «Existe o perigo de uma guerra nuclear?» e responde-se: «Existe, é bem real e cresce a cada momento. Com a aceleração da corrida aos armamentos, a não aplicação e o desrespeito de acordos e tratados já concluídos, a into-

xicação permanente da opinião pública com notícias deturpadas e comentários que sustentam um clima de medo e angústia propício a reacções emocionais, criam o sentimento da iminência e inevitabilidade de um conflito nuclear, procuram justificar o constante reforço do imenso arsenal bélico já amontoado. Existe, é bem real e cresce cada momento, com a introdução de novas armas de destruição massiva e o aperfeiçoamento das já existentes, umas e outras cada vez mais complexas e de resposta mais difícil, obrigando a sistemas de detecção, prevenção e contra-ataque, também, cada vez mais complexos e, por isso mesmo, mais falíveis».

Esta a primeira razão de ser de acções de massas pela paz, o desarmamento, contra as armas nucleares: porque é vital, evitar uma guerra nuclear.

Uma segunda razão determinante: o grande movimento de massas pela paz está já a dar os seus frutos.

Em fins de Novembro iniciaram-se em Genebra conversações entre delegações de alto nível da União Soviética e dos Estados Unidos, conversações para que os Estados Unidos se viram literalmente empurrados pela consequente política de paz soviética e o poderoso movimento de massas pela paz na Europa, com visíveis efeitos ao nível da política dos governos da NATO. Actualmente, Reagan admite mesmo a possibilidade de uma cimeira com Brejnev em 1982, proposta que tinha sido feita pelo presidente soviético em Fevereiro, nas Nações Unidas, e recentemente renovada, com base na evolução das conversações de Genebra.

Tardamente embora, o Vaticano divulgou um documento em que a guerra nuclear é condenada, salientando-se nomeadamente que «as recentes declarações, segundo as quais uma guerra nuclear poderia ser ganha e que se poderia sobreviver-lhe, apenas revelam deficiências na avaliação da realidade científica». Uma terceira razão para a participação de todos nós na marcha de dia 16: a íntima ligação entre a promoção da guerra e a política reacçãoária resalta que a nível internacional, em que todos os regimes reacçãoários contam com o apoio e surgem como base da política imperialista, quer a nível nacional, em que vemos o governo AD promover uma política de sistemática agressão aos direitos mais elementares dos trabalhadores e alinhar totalmente, de forma servil, com todas as iniciativas e pretensões do imperialismo.

Este alinhamento do governo AD com o imperialismo constitui uma ameaça não só para o nosso país como para os outros povos. E uma ameaça muito concreta, que passa por concessões — de que desconhecemos a envergadura — e facilidades na utilização das bases em território nacional para a agressão contra outros povos.

Participar na marcha de dia 16 é participar no movimento internacional contra a guerra, pela concretização de passos sólidos rumo ao desarmamento, contra uma política anti-popular como a que está a ser praticada no nosso país. A batalha pela paz e contra a reacção são indissolúveis.

## Saudação à OLP

Ao Comité Executivo da OLP Queridos Camaradas,

Por ocasião da passagem do 17.º aniversário do início da luta armada de libertação, saudamos fraternalmente o Comité Executivo da OLP, os combatentes e todo o povo palestino, e reafirmamos a inteira solidariedade dos comunistas portugueses para com a sua luta pelos seus direitos nacionais inalienáveis, contra a criminosidade política agressiva e expansionista do imperialismo e dos dirigentes sionistas de Israel.

Expressando a nossa confiança na vitória da justa causa do povo palestino e na causa libertadora de todos os povos árabes, reafirmamos a nossa vontade de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e a OLP, entre o povo português e o povo palestino.

Saudações fraternais, O Secretariado do Comité Central do PCP Lisboa, 28 de Dez. de 1981



# Quem pratica a ingerência e as acções terroristas na Polónia?

A evolução da situação na Polónia, os factos entretanto detectados e trazidos à luz do dia, a própria reacção a nível internacional aos acontecimentos, comprovam que a contra-revolução planeava na Polónia o derrube do socialismo, através de acções abertamente violentas, depois de ter conduzido o país a uma situação económica e socio-política muito difícil.

Pela primeira vez há vários meses pode falar-se de paralisação na queda da produção. 95% das empresas estão em laboração normal. Estão a ser tomadas medidas para o normal abastecimento da população, seriamente perturbado pelas acções contra-revolucionárias a que se está a pôr cobro. Regista-se participação popular no apoio à acção das brigadas militares.

São factos. Factos cujas consequências estão à vista, nomeadamente pela frequência com que nos últimos dias antigos dirigentes e activistas do «Solidariedade» apoiam abertamente a acção que está a ser desenvolvida no país.

Em declarações feitas a representantes das embaixadas ocidentais em Varsóvia, o cardeal Franciszek Macharski, segunda figura da hierarquia católica na Polónia, afirmou que sem as medidas tomadas coisas muito mais graves poderiam ter acontecido no país, acrescentando que actualmente o perigo da violência e do confronto sangrentos parecia estar eliminado.

Na mensagem de Natal, o general Jaruzelski, primeiro-secretário do POUP e presidente do Conselho Militar de Salvação Nacional, afirmou: «Quanto mais depressa for retirado o terreno debaixo dos pés dos agitadores irresponsáveis de uma causa má e organizadores de acções subversivas, mais depressa a calma e a ordem regressarão, e a normalização se verificará», acrescentando — «fica-se com a impressão de que há quem deseje um país

no caos, um devedor insolvente, o organismo do continente doente».

As ameaças de sanções contra a Polónia e até a União Soviética por parte dos Estados Unidos e as medidas anunciadas por Reagan visando o sobrevo de aviões polacos do território dos EUA, o acesso de navios polacos aos portos norte-americanos, a proibição de exportação de algumas mercadorias e, mais ainda, os esforços tendentes a que outros países alinhassem nesse processo — verdadeira ingerência nos assuntos internos polacos — mostram quem pretendia reduzir a Polónia ao caos, quem apoia os que no interior da Polónia estão interessados em atingir esse objectivo para assim liquidar o socialismo.

Casa Branca isolada «Com o país virtualmente na banca-rota, o governo foi forçado a tomar esta iniciativa» — disse o primeiro-ministro canadiano, Pierre Trudeau, em entrevista em que abordou longamente a situação na Polónia — e afirmou ainda: «É preferível esta situação que os tiroteios e a fome que me pareciam inevitáveis», prosseguindo — «Não é que seja uma coisa boa ter militares a manter a ordem, mas espera-se que o regime militar impeça o «Solidariedade» de apresentar reivindicações excessivas».

São palavras esclarecedoras, e que parece traduzirem o pensamento comum de alguns dirigentes de países capitalistas, mais realis-

tas do que a Casa Branca. Assim, na Europa capitalista, e particularmente na RFA, as propostas norte-americanas de sanções económicas contra a Polónia e a União Soviética e de suspensão de negociações sobre desarmamento, não tiveram o esperado acolhimento. A Casa Branca arrisca-se a ficar isolada na senda da provocação aberta, da acção directa pela criação de focos de tensão.

É verdade que ainda não se sabe que posições definitivas virão a ser tomadas na Europa capitalista. A RFA está sujeita a pressões particulares por parte dos Estados Unidos. No mesmo sentido vai a convocação de emergência de uma reunião

da Internacional Socialista. Mas, para já, as posições tomadas demonstram que os dirigentes do mundo capitalista, mesmo quando permitem e até fomentam nos seus países a propaganda imperialista mais abertamente falsificada, estão muito longe de acreditar nela.

### E se a contra-revolução tivesse avançado?

Os meios de comunicação polacos, nomeadamente a televisão, têm vindo a apresentar provas materiais irrefutáveis do que estava a ser urdido para a liquidação do socialismo no país.

Planos que incluíam uma operação para assassinar cerca de 80 mil dirigentes do

POUP, um projecto para acções no seio das Forças Armadas, a formação de um governo de coligação (entre o «Solidariedade» e organizações da extrema-direita) de que Lech Walesa seria presidente. Há mesmo gravações em «vídeo-tape» em que dirigentes do «Solidariedade» se dirigem à população comunicando o derrube do governo.

Estes planos estavam apoiados, não propriamente na confiança nas massas, mas em arsenais. Assim, em Varsóvia, foi encontrado um arsenal que incluía bombas, granadas de mão, explosivos e uma granada anti-tanque. Nos estaleiros de «Paranica», em Szczecin, descobriram-se 500 lotes de mu-

nições, lança-granadas, armas de fogo, matracas de borracha, barras metálicas e baionetas. Na cidade de Bydgoszcz foram encontradas grandes quantidades de alimentos e gasolina, acumulados para o caso de «sequestro», segundo documentos do «Solidariedade» apreendidos.

O avanço da contra-revolução na Polónia teria trazido de facto ao povo polaco as privações e o terror. Os factos são claros, por mais que se tente adular-los e imputar à acção do POUP, do Exército e do governo polacos, consequências que necessariamente adviriam, isso sim, do curso da acção contra-revolucionária na Polónia.

## Solidariedade

● TURQUIA — Dia 24 de Dezembro iniciou-se, no tribunal militar de Istambul, a segunda fase do julgamento de 52 dirigentes sindicalistas, membros da Confederação dos Sindicatos Progressistas (DISK), entre eles o presidente desta central sindical, Abdullah Basturk. Estão todos presos desde Setembro de 1980, quando do golpe militar apoiado pela NATO, altura em que esta central sindical, uma das maiores da Turquia, representando mais de 700 mil trabalhadores, foi ilegalizada. Foi pedida a pena de morte para todos os sindicalistas turcos. A quase totalidade das organizações sindicais internacionais protestou contra a repressão dos sindicalistas turcos. Em comunicado à imprensa a CGTP-IN afirma que «no prosseguimento de anteriores tomadas de posição sobre a situação naquele país, apela a todos os trabalhadores e democratas portugueses, a todos os partidos políticos e organizações democráticas para que ajudem a salvar a vida de A. Basturk e dos seus companheiros, enviando telegramas de protesto à embaixada da Turquia». A CGTP-IN informa ainda que «coordenadamente com o movimento sindical internacional, está a preparar uma série de acções para exigir a libertação dos 52 réus do processo de Istambul e o restabelecimento das liberdades sindicais na Turquia».

● BERLIM-OESTE — Registraram-se fortes protestos na cidade de Berlim Ocidental contra a sentença do Tribunal aplicada ao professor Reiner Rowlad, condenado a uma redução salarial de 10%, por um período de 5 anos, devido à sua actividade militância no Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste. A sentença é justamente denunciada como uma forma de discriminação política anti-democrática e anticonstitucional contra a

liberdade de pensamento. Ainda recentemente o comunista oeste-alemão Hans Peter, foi igualmente vítima das interdições profissionais e, através de um escandaloso processo judicial, expulso do seu emprego. A interdição profissional priva também Hans Peter do seu direito à reforma.

● HAITI — O camarada Rock Dérose, membro do Secretariado do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos, preso desde 12 de Novembro de 1981, não foi apresentado até à data perante as instâncias judiciais do Haiti. Também a camarada Eloisie Vhéry, apesar dos seus 76 anos, igualmente membro do Partido, está presa desde 13 de Novembro nas mesmas condições arbitrárias. As autoridades haitianas afirmam não estar informadas destas prisões e mesmo que tais nomes não figuram nas listas de presos, pelo que é de temer que pretendam fazer desaparecer estes dois camaradas. A sua vida corre perigo. Segundo a lei de 23 de Abril de 1969, a pena de morte é imputável aos comunistas. Por outro lado, nenhum comunista haitiano preso foi a tribunal exercer o seu direito de defesa. O governo tenta sempre escondê-los até ao assassinato, o que acontece frequentemente nos interrogatórios. Só a solidariedade poderá salvar a vida dos camaradas haitianos presos.



Slogandien Weimann. Abriusten!

Nein zur Neutronenbombe

Esta a primeira razão de ser de acções de massas pela paz, o desarmamento, contra as armas nucleares: porque é vital, evitar uma guerra nuclear.

Uma segunda razão determinante: o grande movimento de massas pela paz está já a dar os seus frutos.

Em fins de Novembro iniciaram-se em Genebra conversações entre delegações de alto nível da União Soviética e dos Estados Unidos, conversações para que os Estados Unidos se viram literalmente empurrados pela consequente política de paz soviética e o poderoso movimento de massas pela paz na Europa, com visíveis efeitos ao nível da política dos governos da NATO. Actualmente, Reagan admite mesmo a possibilidade de uma cimeira com Brejnev em 1982, proposta que tinha sido feita pelo presidente soviético em Fevereiro, nas Nações Unidas, e recentemente renovada, com base na evolução das conversações de Genebra.

Tardamente embora, o Vaticano divulgou um documento em que a guerra nuclear é condenada, salientando-se nomeadamente que «as recentes declarações, segundo as quais uma guerra nuclear poderia ser ganha e que se poderia sobreviver-lhe, apenas revelam deficiências na avaliação da realidade científica». Uma terceira razão para a participação de todos nós na marcha de dia 16: a íntima ligação entre a promoção da guerra e a política reacçãoária resalta que a nível internacional, em que todos os regimes reacçãoários contam com o apoio e surgem como base da política imperialista, quer a nível nacional, em que vemos o governo AD promover uma política de sistemática agressão aos direitos mais elementares dos trabalhadores e alinhar totalmente, de forma servil, com todas as iniciativas e pretensões do imperialismo.

Este alinhamento do governo AD com o imperialismo constitui uma ameaça não só para o nosso país como para os outros povos. E uma ameaça muito concreta, que passa por concessões — de que desconhecemos a envergadura — e facilidades na utilização das bases em território nacional para a agressão contra outros povos.

Participar na marcha de dia 16 é participar no movimento internacional contra a guerra, pela concretização de passos sólidos rumo ao desarmamento, contra uma política anti-popular como a que está a ser praticada no nosso país. A batalha pela paz e contra a reacção são indissolúveis.

Expressando a nossa confiança na vitória da justa causa do povo palestino e na causa libertadora de todos os povos árabes, reafirmamos a nossa vontade de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e a OLP, entre o povo português e o povo palestino.

Saudações fraternais, O Secretariado do Comité Central do PCP Lisboa, 28 de Dez. de 1981

Por ocasião da passagem do 17.º aniversário do início da luta armada de libertação, saudamos fraternalmente o Comité Executivo da OLP, os combatentes e todo o povo palestino, e reafirmamos a inteira solidariedade dos comunistas portugueses para com a sua luta pelos seus direitos nacionais inalienáveis, contra a criminosidade política agressiva e expansionista do imperialismo e dos dirigentes sionistas de Israel.

Expressando a nossa confiança na vitória da justa causa do povo palestino e na causa libertadora de todos os povos árabes, reafirmamos a nossa vontade de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e a OLP, entre o povo português e o povo palestino.

Saudações fraternais, O Secretariado do Comité Central do PCP Lisboa, 28 de Dez. de 1981

liberdade de pensamento. Ainda recentemente o comunista oeste-alemão Hans Peter, foi igualmente vítima das interdições profissionais e, através de um escandaloso processo judicial, expulso do seu emprego. A interdição profissional priva também Hans Peter do seu direito à reforma.

● HAITI — O camarada Rock Dérose, membro do Secretariado do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos, preso desde 12 de Novembro de 1981, não foi apresentado até à data perante as instâncias judiciais do Haiti. Também a camarada Eloisie Vhéry, apesar dos seus 76 anos, igualmente membro do Partido, está presa desde 13 de Novembro nas mesmas condições arbitrárias. As autoridades haitianas afirmam não estar informadas destas prisões e mesmo que tais nomes não figuram nas listas de presos, pelo que é de temer que pretendam fazer desaparecer estes dois camaradas. A sua vida corre perigo. Segundo a lei de 23 de Abril de 1969, a pena de morte é imputável aos comunistas. Por outro lado, nenhum comunista haitiano preso foi a tribunal exercer o seu direito de defesa. O governo tenta sempre escondê-los até ao assassinato, o que acontece frequentemente nos interrogatórios. Só a solidariedade poderá salvar a vida dos camaradas haitianos presos.



**Trabalhadores****Lisnave  
As mãos alheias**

As organizações representativas dos trabalhadores da Lisnave há meses que tomam posição pública contra a concessão a uma firma particular da exploração do refeitório da empresa, que serve diariamente 7000 refeições, o que significa que é o maior restaurante do País.

Aquelas organizações (ORT's) rejeitam a imposição dos responsáveis pela falsa solução para o refeitório — responsáveis esses que, por sinal (principalmente da parte de José Manuel de Mello) estão directamente interessados nos lucros que essa solução pode vir a dar (e já dá) à Gertal. É esta última empresa que, com efeito, já fornece grande quantidade e variedade de géneros ao refeitório, a preços, segundo é público, sensivelmente superiores aos normalmente praticados nestes casos. Além disso, segundo também já veio a saber-se, o veterinário da Lisnave tem tido que fazer com géneros impróprios para consumo, fornecidos à empresa pela Gertal.

As ORT's recusam qualquer ligação da Lisnave à Gertal. A experiência recente também conta neste caso para a recusa. É ver o que se passou com a reprivatização de sectores lucrativos da Lisnave, como eram a Estação de Tratamento, a Secção de Informática, a Divisão de Recuperação de Componentes Mecânicos e a Divisão de Expansão. Se a administração da Lisnave, grande unidade industrial de capitais maioritariamente públicos, em «situação económica difícil», acha que não pode gerir internamente um refeitório, ou se insiste nesse argumento apenas para entregar mais uma parte da empresa ao capital privado, as organizações representativas dos trabalhadores têm uma alternativa. Nem administração, nem Gertal no refeitório. Contratam-se profissionais da indústria hoteleira para o gerir. Acabe-se com despesas evitáveis, com géneros deteriorados, com tentativas mais ou menos camufladas para servir interesses alheios à empresa, aos trabalhadores e à economia do País, propõem os representantes das ORT's da Lisnave.

**Pescadores  
Uma escola  
para o Norte**

A criação de uma Escola de Pesca do Norte, de acordo com um projecto de lei do PCP apresentado recentemente na Assembleia da República, corresponde a uma velha aspiração dos pescadores daquela zona.

A formação profissional é um anseio de todos os trabalhadores e especialmente dos que estão sujeitos a perigos mortais quando exercem o seu ofício.

Embora dependente de outros meios e medidas tão urgentes como essa e abrangendo outras zonas e sectores da economia e do país, a prevenção dos acidentes na pesca, que tantas vidas têm ceifado, passa pela entrada em funcionamento dessa Escola, cuja criação o PCP continuará a defender na Assembleia da República.

A formação, preparação e reciclagem dos milhares de pescadores da costa entre Aveiro e Caminha está agora dependente, no que respeita à parte escolar, da vontade de uma Assembleia que, segundo o «Avante!» de 17 do corrente, não parece, pelo menos, muito interessada em votar maioritariamente um projecto que tem por fim obviar a uma das maiores carências do sector.

Com sede prevista para Matosinhos, a Escola inclui, segundo o projecto do PCP, uma série de departamentos nos portos principais de toda a zona.

Independente das providências a adoptar a nível global, as regiões particularmente carenciadas têm direito a ver concretizadas de forma célere e eficaz medidas que ponham termo à inércia existente», referiu o deputado António Mota ao apresentar o projecto de lei do PCP na Assembleia da República.

Quanto aos meios mais elementares, escasseiam ou faltam totalmente, como sucede neste caso, não se deitem depois as culpas para cima dos pescadores, pois, como bem salientou aquele deputado do PCP, «as críticas que injustamente lhes são dirigidas» (a pescadores e mestres) quando há naufrágios, visam, «na maior parte dos casos, esconder a terrível realidade que é a falta de meios adequados para os salvar».

**Seguros  
Objectivos  
e aparências**

A Organização de Seguros de Lisboa do PCP, em comunicado de 23 do corrente, a propósito da «aparente intenção da UGT de promover uma greve geral, ou a sua vinda para a rua a pretexto dos acontecimentos da Polónia», faz uma série de 13 perguntas aos dirigentes sindicais do sector e, na generalidade, aos responsáveis pela política e pelo Governo AD.

«Já que tais movimentações não podem dissociar-se da acção desenvolvida pelo actual secretariado do Sindicato de Seguros», a Organização pergunta:

- Qual o acompanhamento que tem sido dado à reestruturação do sector nacionalizado de seguros e aos problemas daí decorrentes?
- Qual a posição do Sindicato face à evolução dos Planos de Fusão?
- Qual o seu posicionamento quanto aos processos de descapitalização das seguradoras visando a sua inviabilização?
- O que pensa da incompetência dos Conselhos de Gestão e do Poder apadrinhado e que arruína as Companhias?
- O que faz para conter ou, no mínimo, denunciar as situações de declarada repressão que já se vivem nas empresas?
- Por que motivo não mobiliza a classe para resolver, finalmente, o problema da Caixa de Previdência, cuja situação se continua a degradar?
- Para onde vão os largos milhares de contos de quotização que anualmente os trabalhadores de seguros descontam?
- Quanto desse dinheiro tem sido gasto pelos senhores do secretariado sindical — alguns deles permanentemente candidatos a aprendiz de mau sindicalismo, nas sucessivas viagens pela Europa e pela América?
- Quais os objectivos e os resultados dessas longas passeatas?
- A quem prestam contas do autêntico regabofe a que se habituaram e do qual não querem prescindir seja a troco de que preço for?
- Onde estão o Infantiário e a Cooperativa de Seguros, tão propagandeados em momentos eleitorais?
- A quem pedir contas de terem sido defraudadas as expectativas de muitos trabalhadores de seguros pela negociação de um Contrato de Trabalho que se saiu por um enorme fiasco?
- Que deslante é o destes senhores que enquanto «lamentam» o que se passa noutro país, «ignoram» por completo o que se passa na nossa terra em consequência de uma política de autêntico desgoverno?

A Organização de Seguros de Lisboa acusa os que estão à frente do Sindicato do sector no Sul e Ilhas de se alhearem permanentemente dos problemas que lhes caberia encarar e procurar resolver.

**Lutas por salários compatíveis  
com o aumento do custo de vida**

● Transportes, comércio, indústria e serviços abrangidos pela vaga de lutas contra o Governo e a política AD

Neste começo de ano caracterizado mais pelo aumento desenfreado dos combustíveis, dos transportes e de tudo o que esse aumento acarreta do que pelas festas que cedo acabam principalmente para os que vão suportar (mal) mais um assalto ao seu pequeno orçamento familiar, e que são a maioria incontável da população, os trabalhadores continuam a desenvolver lutas importantes em sectores e empresas, conseguindo pronta e larga adesão às propostas sindicais no sentido de levar patronato e Governo a negociar novos salários e outras remunerações compatíveis pelo menos com o aumento assustador do custo de vida. Para nomear apenas, por enquanto, as formas de luta mais drásticas suspensas recentemente a decorrer ou anunciadas para breve, teremos parados os transportes urbanos de Lisboa (Metro e Carris com greves previstas para os dias 5, 6 e 7 de Janeiro) e uma paralisação nacional da construção civil (depois das 48 horas da luta de há dias os trabalhadores poderão voltar a paralisar). Referência destacada merecem ainda as greves na Tabaqueira, na Covina, na cristalaria, panificação (Lisboa e Sul do País), portuários e ajudantes de farmácia, bem como outras formas de luta que continuam a desenvolver-se em variadíssimos sectores e empresas onde os conflitos se mantêm, como na CP, TAP, RTP, EDP, Oliva, Efaced, Função Pública, Têxteis e afins, professores, material eléctrico e electrónico (fabricantes e comércio).

Neste último sector e no que respeita apenas ao comércio, o Ministério «competente» continuava a congelar no início desta semana a saída da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT).

Após 31 meses sem revisão salarial, a Federação Portuguesa dos Sindicatos de Comércio e Serviços considerava, há dias, essa atitude muito grave. O salário médio da tabela em vigor «é hoje já inferior ao salário mínimo nacional» — um verdadeiro escândalo, considerava a Federação tendo em conta ser este sector um dos mais ricos da economia nacional.

**O Governo é o responsável**

Os Sindicatos de Comércio e Serviços, através da respectiva Federação, «remetem para o Governo toda a responsabilidade sobre eventuais formas de protesto que a sua atitude, a manter-se, realfirmava um comunicado de 23 do corrente, inevitavelmente provocará por parte dos trabalhadores».

Nesse comunicado com o título um exemplo da «justiça social AD», a Federação acrescentava: «Os Sindicatos manifestam publicamente as suas maiores preocupações pelo resultado das pressões exercidas pelo patronato do sector, nomeadamente, se o Ministério do Trabalho, para além de continuar a adiar a publicação da PRT, vier a ceder quanto à não aprovação de duas tabelas, que reflectem a realidade económica do sector». É urgente «a publicação da PRT, referida ainda a Federação, para que os valores da tabela salarial apresentada pela comissão técnica não percam todo o impacto nas condições de vida e de trabalho do sector».

**Greve nos «fabricantes»**

Entre os fabricantes de material eléctrico e electrónico (não

confundir com os comerciantes de que acabámos de falar) predominam as multinacionais.

Segundo a Comissão Negociadora Sindical (CNS) do sector, a greve anunciada para 5 de Janeiro tem alcance nacional e insere-se na «luta pela tabela salarial do respectivo Contrato Colectivo de Trabalho».

A CNS e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas (FSTIE) afirmam num comunicado de 23 do corrente que as negociações, «iniciadas há cerca de um mês» foram interrompidas por decisão do patronato. Este contrapõe, segundo a CNS/FSTIE, 18,95 por cento às propostas dos Sindicatos, que «baixaram, nas negociações, a



SINDICATO DOS TRABALHADORES DE TRANSPORTES RODOVIARIOS E URBANOS DO CENTRO

COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL DO SECTOR DA CONSTITUIÇÃO DOS ANTI-LABORALIS AD DO GOVERNO



As 40 maiores empresas do distrito de Lisboa, onde têm os

seus empregos cerca de meta-

de dos 250 mil trabalhadores da construção civil no País, para

ram completamente, devido à greve pela revisão do Contrato

Colectivo de Trabalho (CCT Vertical), em 22 do corrente.

Rejeitando o tecto salarial, a construção civil em luta, entre

outras reivindicações, exige aumentos salariais de 30 por cento

e um subsídio de alimentação de 100 escudos.

O patronato não quer ir além dos 16,7 por cento, segundo a contraproposta que levou à greve.

Para vigorarem durante 15 meses, os novos salários na

versão patronal correspondem apenas a 11 por cento ao ano.

A adesão maciça à forma de luta escolhida comprova a forte

mobilização dos trabalhadores da construção civil no Sul e no

Norte do País.

No distrito do Porto, a adesão rondou os 90 por cento. Em muitas,

e nas maiores empresas, a adesão foi praticamente total: 95

por cento na Soares da Costa; 100 por cento na William Graham; e 100 por cento na

Engenheiros Associados.

**Parte de leão**

Em Novembro findo, o boletim editado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul divulgava «quatro intenções (já claras) do Governo para os TFP». Eram elas:

1.ª Tomar os trabalhadores da Função Pública (TFP) o «bode expiatório» da sua política económica, fazendo-os pagar a «parte de leão» dos cortes orçamentais e tentando virar contra eles a opinião pública;

2.ª Negar o direito de negociação colectiva, quebrando os seus próprios compromissos, numa atitude antidemocrática e autoritária;

3.ª Aggravar ainda mais o poder de compra dos TFP: — imposição de um aumento da massa salarial de 15 por cento, o que significaria um aumento de cerca de 12 por cento sobre os actuais salários; aplicação, já a partir de Janeiro, dos impostos profissional e complementar, sem prévia negociação nem clarificação dos mecanismos de compensação;

4.ª Lesar a estabilidade e segurança de emprego dos TFP: — preparando medidas de extinção de organismos, transferências de pessoal e alargamento do Quadro Geral de Adidos; mantendo a indefinição quanto ao calendário de discussão de projectos sobre vínculos, férias, faltas e licenças, etc. (o que estará na lógica do Governo em querer subverter a Constituição e não lhe interessar legis-

lar, tendo que respeitar os actuais preceitos que a Lei Fundamental de 1976 imporia).

Embora date de há um mês, a síntese do sindicato mantém-se quase actual. Só num premoner se alterou, mas esse é de peso. Em vez da imposição dos 15 por cento, que afinal não iriam além dos 12, o Governo, através da secretaria de Estado da Reforma Administrativa, acabou por impor aos trabalhadores da Função Pública, para entrarem em vigor a partir de 1 de Janeiro, aumentos salariais que variam, segundo a tabela, entre 10,6 e 11, 4 por cento.

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) da Frente Comum dos Sindicatos do sector, reafirmando que o Orçamento Geral do Estado, mesmo como foi aprovado na Assembleia da República, suportaria as reivindicações justas dos TFP, sublinha que os trabalhadores e os seus representantes sindicais continuarão a não aceitar «a política do facto consumado», pelo que voltarão à luta em defesa dos seus direitos.

Para repor no mínimo o poder de compra perdido num ano, os aumentos gerais da Função Pública deveriam atingir em média os 25 por cento, percentagem aliás exigida nas negociações pela CNS da Frente Comum dos Sindicatos do sector.

**Bancários****«Grosseiras tentativas de subversão»**

«No seguimento de uma política de recuperação económica por parte dos grandes grupos capitalistas existentes antes do 25 de Abril, têm vindo a ser realizadas, particularmente pelo Banco Português do Atlântico, uma série de operações de alienação patrimonial que, para além de afectarem negativamente, em grande parte dos casos, uma gestão equilibrada das participações financeiras, são, na prática, grosseiras tentativas de subversão da delimitação de sectores consagrada na legislação em vigor», lembra num comunicado recente o secretariado da célula do PCP no Banco Fonseca & Burnay. Protestando contra «as alienações de participações financeiras» por parte do conselho de gestão deste último Banco, a organização dos trabalhadores comunistas no BFB acusa os gestores apadrinhados pelo Governo AD-Balsemão de desencadearem uma ofensiva naquele sentido.

Começando embora de forma cautelosa (alienação da participação de 2 por cento que o BFB detinha no capital da Impormo) mas desrespeitando de alto a baixo «o papel que legalmente

está garantido à Comissão Nacional de Trabalhadores, não devem estes iludir-se — acrescenta a célula — quanto aos objectivos concretos do conselho de gestão, pois da longa lista de participações a alienar consta, entre outras, as que se referem à Lisnave, Sorefama, Brisa, Compal e Marconi.

Depois de sublinhar que está «consciente do significado dessas medidas», o secretariado da célula destaca o que elas representam como «atentado contra a economia nacional, contra os interesses dos trabalhadores e do povo». Alertando todos os trabalhadores do BFB «para a necessidade de se unirem em torno do CNT», o secretariado acrescenta que esse processo de alienações de bens públicos, em favor exclusivo do grande capital privado, não pode dissociar-se «da política global que vem sendo seguida pelo Governo AD-Balsemão e que, nos seus traços fundamentais consiste em fazer pagar aos trabalhadores o custo da grave crise económico-financeira e recuperar a qualquer preço o poder dos grupos capitalistas».

**Intervenção do conselho geral**

O conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e

Ilhas (SBSI) decidia entretanto promover a realização de reuniões nos locais de trabalho, seguidas de outras iniciativas no âmbito da organização, incluindo um plenário de delegados sindicais e uma reunião extraordinária do próprio conselho geral.

Essa actividade decidida em plenário, a partir de uma proposta dos membros da

quele conselho eleitos pelas listas unitárias, é susceptível de conduzir à adopção de formas de luta a ter início em meados de Janeiro.

Os trabalhadores bancários, à semelhança de numerosos sectores, têm vindo a sentir o aumento da repressão sobre representantes sindicais. Muitos desses trabalhadores solidarizaram-se

com a luta generalizada contra o pacote laboral e o tecto, preparados pelo Governo AD.

Ainda no mesmo plenário do conselho geral, a luta na RTP contra a imposição desse tecto mereceu a solidariedade dos bancários ali representados.

O conselho geral decidiu

também apoiar a Marcha da Paz prevista para 16 de Janeiro próximo, em Lisboa.

O plenário daquele órgão central do SBSI, ainda com base numa proposta dos eleitos pelas listas unitárias, repudiou firmemente a política AD para a saúde e as medidas que, nesse campo, o Governo adoptou recentemente.

«Esta ameaça de intimidação por expressão dos trabalhadores deve ser denunciada e combatida não só pelos órgãos de trabalhadores, mas por todos os trabalhadores».

«Temos que dizer não a serviços que, ultrapassando as suas competências, se tornam perigosos para os trabalhadores, na sua forma de agir e actuar».

**Um exemplo  
de repressão na EPSI/CNP**

Através de uma circular de serviço, o conselho de gerência da CNP (Companhia Nacional de Petróleos) pretende ditar normas internas limitando o exercício de liberdades dos trabalhadores em democracia.

A atitude repressiva daquela empresa pública já fez vítimas na EPSI, uma outra empresa que funciona em Sines com capitais maioritários da CNP.

Como não se trata de caso único, antes têm proliferado atitudes do género, transcreve-se a seguir na íntegra um comunicado da Comissão de Trabalhadores da EPSI sobre o assunto:

«Quando um trabalhador da EPSI procedia à distribui-

ção de comunicados do seu Partido, foi provocado, insultado e quase que agredido por elementos da vigilância da CNP, isto junto do refeitório do Monte Feio.

«O mesmo voltou a suceder, agora também a um trabalhador da CNP que procedia à mesma distribuição

junto da portaria principal da CNP, mas da parte de fora, da referida portaria. Nesta situação os elementos da vigilância foram ao ponto de tirarem a propaganda das mãos deste último trabalhador».

«A CT considera estas atitudes pidescas, bastante graves em democracia. Elas atentam contra as liberdades de expressão e pensa-

mento consagradas na Constituição. «Segundo apurou a CT, nenhum regulamento ou norma interna da empresa (neste caso ilegal) fala neste problema o que significa uma actuação gratuita e provocatória da parte dos elementos da vigilância.

«Alertamos todos os trabalhadores para esta situação em particular, para um serviço que neste caso concreto foi mais longe que as suas competências (vigilância), inclusive segundo apurou a CT, no palavrado perfeitamente insultuoso que utilizou com os trabalhadores em causa.

«Estas situações foram testemunhadas por vários

trabalhadores que se indignaram com as mesmas. «É preciso no futuro não permitir que voltem a suceder. É preciso exigir um inquérito aos elementos da vigilância que actuam gratuitamente e de forma ultraprovocatória e insultuosa.

«Esta ameaça de intimidação por expressão dos trabalhadores deve ser denunciada e combatida não só pelos órgãos de trabalhadores, mas por todos os trabalhadores».

«Temos que dizer não a serviços que, ultrapassando as suas competências, se tornam perigosos para os trabalhadores, na sua forma de agir e actuar».

«Estas situações foram testemunhadas por vários